

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS E ORGANIZACIONAIS VERTENTE:
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

***MICRO-CRÉDITO EM CABO VERDE E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA O FOMENTO DO EMPREENDEDORISMO***

**ESTUDO DE CASO
“OMVC”**

Elaborado por:

Victor Manuel Mendes Semedo

Orientadora: Mestre Maria José Pires

**Praia / Cabo Verde
2012**



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS E ORGANIZACIONAIS VERTENTE:
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

***MICRO-CRÉDITO EM CABO VERDE E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA O FOMENTO DO EMPREENDEDORISMO***

*Memória Monográfica apresentada a Escola de
Negócios e Governação como parte dos requisitos para
a obtenção do grau de Licenciatura em Ciências
Empresariais e Organizacionais Vertente Administração
Pública*

Victor Manuel Mendes Semedo
Orientadora: Mestre Maria José Pires

**Praia / Cabo Verde
2012**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Hilari Vaz Semedo e Edite Mendes de Carvalho; a minha filha Mirian Patrícia Semedo e aos meus irmãos Maria Elisabete Mendes Semedo e Edimer Mendes Varela.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desse trabalho foi mais um desafio na vida, porque requer muita determinação, paciência e os percalços quase sempre fazem parte da jornada.

Agradeço à Deus, pela vida, amor, protecção, privilégio do estudo.

Ainda agradeço a minha mãe, pelo amor, confiança, dedicação e apoio constante que me ajudaram a seguir no caminho certo, e pelo ensinamento dos valores morais e éticos que norteiam a minha vida até hoje. E a minha irmã, por sempre acreditar na minha capacidade.

A minha Orientadora, Mestre Maria José Pires, pelo conhecimento e orientação, paciência e extrema confiança em mim depositadas.

A OMCV, em especial pessoa na da Dr.^a , Idalina Freire Gonçalves e a todos que ali trabalham, por terem colaborado comigo na elaboração desse trabalho.

Aos professores e colegas do curso de licenciatura, pelos momentos grandiosos que vivemos e que foram tão especiais para nossas vidas, em especial a António Pinto, Caetano Carvalho, Sara Tavares, e os colegas da Vertente Administração Pública que dividimos os momentos bons e os “menos bons”.

Aos verdadeiros amigos e a todos que de alguma forma marcaram meus dias, e que não saberia dizer os nomes, sob pena de cometer injustiças, pelo amor, apoio, companheirismo e amizade.

RESUMO

Esta pesquisa consiste num estudo sobre o micro-crédito em Cabo Verde, no âmbito do fomento do empreendedorismo, na perspectiva de geração de emprego e rendimentos, com a finalidade de complementar o mercado de trabalho no fomento de empregos e criação de empreendimentos sustentáveis.

Procura-se compreender e analisar a dinâmica dos empreendimentos económicos financiados no sector do micro-crédito, na ilha de Santiago, a partir da observação empírica da sua estrutura organizacional.

Uma vez que, mudanças económicas sentidas nas últimas décadas foram marcadas pela lógica excludente do mercado capitalista, com marcas profundas de degradação do aparelho do Estado a nível social, pelo aumento do desemprego e da precarização do trabalho, nesse contexto, os empreendimentos procuram, de certa forma, completar o vazio deixado, na medida em que esta poderá ser a via para incentivar as camadas mais pobres das populações a criarem os seus próprios negócios. Nessa perspectiva, as micro-empresas desempenham um papel fundamental na promoção do emprego, inovação, criação de rendimentos e no desenvolvimento económico e social.

As fundamentações práticas baseiam-se no estudo feito junto à OMCV, onde analisou-se trabalho desenvolvido pela OMCV no que toca as políticas e os programas de micro-crédito que vem desenvolvendo ao longo da sua actividade, destacando os beneficiários do programa de micro-crédito da OMCV.

É oportuno analisar o micro-crédito como ferramenta de fomento ao empreendedorismo. Ampliar os serviços de micro-crédito como uma pirâmide social visa atingir as desigualdades e exclusão social, factores que contribuem para o crescimento e desenvolvimento económico. A inclusão social através do empreendedorismo, tem sido objecto de estudo nas economias capitalistas, visando desenvolver o empreendedorismo como das alternativas para o crescimento e desenvolvimento económico. Neste sentido, o micro-crédito pode ser um instrumento de amplo alcance às comunidades de baixa rendimento, na promoção de mudanças sociais.

Por fim, são deixadas algumas considerações e uma conclusão acerca do trabalho efectuado.

Palavras – chaves: Micro-crédito; Empreendimentos; Desenvolvimento Social; Empreendedorismo.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACDI /VOCA – Agência de Cooperação de Desenvolvimento Internacional.
ADF – Fundação Para Desenvolvimento de África.
ADIRV – Associação de Desenvolvimento de Rui Vaz.
AMUSA – Associação de Mutualidade de Santo Antão.
ASDIS – Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Comunitário da Ilha de Santiago.
BAD – Banco Africano de Desenvolvimento.
BCEAO – Banco Central de Estados de Oeste da África.
CECV – Caixa Económica de Cabo Verde.
CITY HABITAT – Centro de Investigação Internacional.
CMBV – Câmara Municipal da Boa Vista.
CMRGS – Câmara Municipal da Ribeira Grande Santiago
EE – Empeendimento Económicos
FADOC - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Organizações Comunitárias de Base.
FAM-F – Federação das Associações Cabo-verdianas que operam na Área das Micro-Finanças.
FAMI-PICOS – Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção Familiar.
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional.
IMF – Instituições de Micro-Finanças.
MAIENSE – Associação de Mutualidade da Ilha do Maio.
MC – Micro-crédito.
MCA – Millennium Challenge Account
MORABI – Associação de Apoio a Auto Promoção da Mulher no Desenvolvimento.
OMCV – Organização das Mulheres Cabo-verdianas.
ONG – Organizações Não Governamentais.
PLPR - Programa de Luta Contra a Pobreza Rural
PIB – Produto Interno Bruto
PNLP – Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza.
PFEME – Promoção de Formação e Empréstimo de Micro-Empresários.
PTMI – Promoção de Técnicas de Micro Irrigação.
QUIBB – Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar.
ROI – Retorno sobre Património.
SOLDIFOGO – Associação de Solidariedade Desenvolvimento da Ilha do Fogo.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1: Número de crédito entre os homens e mulheres entre o ano de 2009 a Setembro de 2012	42
Gráfico nº 2: Montante de créditos concedidos em valores entre 2009 a Setembro de 2012	42
Gráfico nº 3: Número de créditos concedidos por ilha entre o ano 2009 a Setembro 2012	43
Gráfico nº 4: Evolução do crédito em valor por ilha entre 2009 a Setembro	44
Gráfico nº 5: Distribuição dos inquiridos por faixa etária	44
Gráfico nº 6: Estado civil dos inquiridos	46
Gráfico nº 7: Números de filhos	47
Gráfico nº 8: Montante de Empréstimo	48
Gráfico nº 9: Grau de dificuldade na consecção do crédito	50

ÍNDICE DE TABELA

Tabela nº 1: Total de micro crédito concedido entre ano de 2009 a Setembro de 2012.....	41
Tabela nº 2: Sexo dos Inquiridos	45
Tabela nº 3: Proporção dos inquiridos segundo o grau de escolaridade.....	46
Tabela nº 4: Proporção dos inquiridos segundo concelho de origem	47
Tabela nº 5: Tipo de empreendimento criado por beneficiarios	49
Tabela nº 6: Sustentabilidade do empreendimento	49
Tabela nº 7: Contribuição na conceção de crédito	49
Tabela nº 8: Razões da procura do micro-crédito	50
Tabela nº 9: Impacto económico/financeiro no mercado.....	51
Tabela nº 10: Quanto a natureza jurídica	51
Tabela nº 11: Objectivo do empreendimento dos beneficiarios.....	51
Tabela nº 12: As actividades desenvolvidas dos beneficiarios	52

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
LISTA DE ABREVIATURAS	IV
ÍNDICE DE GRÁFICOS	V
ÍNDICE DE TABELA	VI
ÍNDICE	VII
INTRODUÇÃO	1
Justificativa da escolha do tema	3
Objectivo de Estudo	4
Objectivo Geral	5
Objectivos Específicos	5
Metodologia	6
Organização da monografia	8
CAPÍTULO I: MICRO-CRÉDITO	9
1.1. História do Micro- Crédito	9
1.2. Conceito de Micro-Crédito	11
1.3. Micro-Finanças	14
1.4. Tipos de Micro-Crédito:	14
1.4.1. Micro-Crédito ao Grupo	14
1.4.2. Micro-Crédito Individual	15
1.4.3. Micro-Empreendimentos	15
1.4.4. Crédito Solidário	16
1.4.5. Rendimento	16
1.5. Principais Características do Micro-crédito	17
1.5.1. Crédito Produtivo	17
1.5.2. Ausência de Garantias Reais	17
1.5.3. Crédito Orientado	17
1.5.4. Crédito Adequado ao Ciclo do Negócio	18
1.5.5. Baixo Custo de Transação e Elevado Custo Operacional	18
1.5.6. Acção Económica com Forte Impacto Social	18
1.6. Capital Social no Campo do Micro-Crédito	18
CAPÍTULO II: AS POTENCIALIDADES DO MICRO-CRÉDITO EM INCLUSÃO SÓCIO-ECONÓMICO	20
2.1 Empreendimento Contra a Pobreza e Exclusão Social: O Micro-Crédito	20
2.2. Vantagens e Desvantagens do Micro-Crédito para a Economia:	21
2.2.1. Vantagens	21
2.2.2. Desvantagens	21
CAPÍTULO III: ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL DO PAÍS	22
3.1. Situação Geográfica	22

3.2.	Aspectos Económicos _____	22
3.3.	Aspectos Sociais _____	25
CAPÍTULO IV: MICRO-CRÉDITO EM CABO VERDE _____		27
4.1.	Historial _____	27
4.2.	Política do Governo para o Sector de Micro-Crédito _____	31
4.3.	Papel do Estado no Desenvolvimento das Actividades de Micro-Crédito em Cabo Verde. _____	32
4.4.	Legislação de Micro-Crédito em Cabo Verde _____	35
4.5.	Micro-Crédito na Promoção Feminina em Cabo Verde. _____	35
CAPÍTULO V: PERSPECTIVA PRÁTICA: ESTUDO DE CASO OMCV _____		38
5.1.	Caracterização do Objecto de Estudo _____	38
5.1.1.	Breve historial da instituição (OMCV) _____	38
5.1.2.	Análise e interpretação do Crédito concedidos entre os anos 2009 a Setembro de 2012 pelo OMCV _____	41
5.1.3.	Análise e comentário dos dados dos questionários aplicados aos sujeitos de pesquisa _____	44
6. CONCLUSÕES _____		53
BIBLIOGRAFIAS _____		I
ANEXOS _____		IV

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu no âmbito da obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Empresariais e Organizacionais na Universidade de Cabo Verde, cujo tema Micro-crédito em Cabo Verde e sua Contribuição para o Fomento do Empreendedorismo. Verifica-se que, em Cabo Verde existe uma carência de recursos disponíveis aos pequenos empreendedores, tanto no mercado formal e informal, em razão do crescimento acelerado da economia e da forte competitividade entre as organizações, o micro-crédito tem contribuído para o financiamento e criação de pequenos empreendedores, bem como, os que pretendem entrar no mercado.

Nesse âmbito o micro-crédito como um componente de micro-finanças, tem por objectivo apresentar soluções sócio-económicas para a camada da população mais desfavorecida, contribui ainda para o desenvolvimento comunitário, é sem dúvida, uma actividade muito importante no combate ao desenvolvimento sócio-económico sustentado, facilitando o acesso ao crédito dos empreendimentos económicos (formais ou informais), que por dificuldades várias não têm acesso ao financiamento através dos bancos convencionais.

O micro-crédito pode ser definido como um empréstimo de pequeno valor, dado a empreendedores de baixo rendimento. É uma das formas de potencializar o desenvolvimento de pequenos negócios, através de crédito para indivíduos que, pelo baixo nível de formalização de seus negócios, ou pela inexistência de garantias, não conseguem acessar crédito junto às instituições tradicionais do sistema financeiro. Ou seja, além de pequeno valor, o crédito é direccionado especificamente para a camada da população de mais baixa renda, em geral excluída do sistema financeiro convencional, e em especial os micro-empreendedores do segmento informal da economia (MARTINS et al, 2002;PARENTE, 2002).

O público-alvo do micro-crédito é, predominantemente, composto por donos de empresas que realizam uma actividade económica autónoma, muitas vezes, informal e geralmente, auto-financiada através de poupanças próprias ou de parentes e amigos. São pessoas que conhecem bem o seu ramo de actividade e cuja orientação é voltada primordialmente para o sustento de sua família, sem grandes expectativas de crescimento. Por isso, a maior parte da demanda por micro-crédito destina-se a capital de giro para cobrir dificuldades momentâneas de liquidez ou utilizar chances de eventuais negócios favoráveis (NITSCH;SANTOS, 2001).

Cabo Verde não ignorou a importância do micro-crédito na redução da pobreza e geração do emprego. Visto que, o micro-crédito foi instrumentalizado na luta contra a pobreza e a

exclusão social através dos programas de redução da pobreza, principalmente nas zonas rurais assinaladas como as mais carenciadas em todas as ilhas. Nos últimos dez anos, o sistema de micro-crédito ganhou uma dinâmica considerável, contribuindo de forma significativa para o processo de inclusão económica e social das camadas mais desfavorecidas, concedendo créditos aos micros empreendedores, pessoas que necessitam de empréstimo para desenvolver o seu próprio negócio e que não têm acesso ao banco comercial, mulheres consideradas chefes de família, jovens à procura do primeiro emprego.

O micro-crédito praticado em Cabo Verde tem sido um factor predominante para o desenvolvimento sustentado da economia cabo-verdiana, principalmente para desenvolvimento e promoção feminina graças à flexibilidade que esse sistema oferece.

O trabalho vem por outro lado dar a conhecer o comportamento da sociedade cabo-verdiana face o instrumento financeiro micro-crédito, analisar os seus impactos e ver como é praticado, quais os resultados, e como contribui para o desenvolvimento da economia do país.

Apresenta-se um estudo de caso de uma organização que trabalha com micro-crédito, a OMCV, um caso prático da implementação do micro-crédito e todos os seus parâmetros. Onde é possível conhecer todos os passos necessários para a concessão de créditos, os diversos programas de micro-crédito e os resultados que estes já tiveram até então.

Este trabalho, também vai ao encontro deste assunto no sentido de salientar o quanto é importante o trabalho que tem sido feito, principalmente pela OMCV na questão do micro-crédito para o desenvolvimento social.

Desta forma, a OMCV foi identificada como experiência nesse sector, no sentido, identificam-se complexidades próprias das informalidades que reclamam atenção diferenciada em sua trajetória produtiva. A partir da verificação de que os agentes de crédito efectivamente não atendem plenamente a demanda, assim como, segregam os empreendedores informais, aborda-se este tema visando esclarecer a sociedade sobre a importância da contribuição do micro-crédito para o financiamento das pequenas empresas tem dado, partindo das experiências da OMCV.

O trabalho em apreço, tenta responder as seguintes questões:

1. Como o micro-crédito contribui para o desenvolvimento sócio-económico cabo-verdiano?

2. As políticas públicas existentes conduzem à promoção do sector do micro-crédito, como factores que contribuem para a consolidação dos empreendimentos económicos?
3. Que relação existe entre o sector de micro-crédito e o mercado nacional?

A constatação empírica na ONG seleccionada para o estudo, leva a formulação das seguintes hipóteses:

1. O sector de micro-crédito é uma alternativa de geração de trabalho e rendimento, proporcionando a inclusão social;
2. O sector de micro-crédito constitui um potencial importante para o desenvolvimento sócio-económico e as redes das ONG's desempenham uma função importante na orientação e acompanhamentos dos negócios nos referidos empreendimentos económicos;
3. Existe uma relação de complementaridade entre o sector de micro-crédito e o mercado. As actividades económicas desenvolvidas no campo de micro-crédito têm relevância na estrutura micro económica do país.

Justificativa da escolha do tema

Esta monografia visa investigar as organizações no sector do micro-crédito, na medida que a precarização do emprego, tem contribuído significativamente para o alastramento da migração inter ilhas, visto que, a pobreza é sentida em maior profundidade nas zonas rurais das ilhas mais pobres. Perante essas situações foram desenvolvidas várias acções de intervenções a nível sócio-económico, sem sustentabilidade, dado as ausências de sinergias entre as instituições de apoio e uma política sólida.

Nesse contexto, as instituições de cariz social vem tendo alguns ganhos nos domínios económico e social, contribuindo na luta contra a pobreza. Atualmente existe um número razoável de intervenientes a financiar micro-créditos nos diferentes tipos de actividades, desde organismos do Estado, Organizações Internacionais e Organizações não-governamentais Locais.

As Instituições de Micro-finanças em Cabo Verde, ao longo dos últimos anos, tiveram um desempenho extremamente positivo na concessão de micro-créditos junto das famílias mais pobres que, dado a dificuldades no acesso ao sistema formal de crédito (sistema bancário tradicional) com garantias exigidas e taxas de juros elevados, que as instituições de micro finanças, face às suas vocações e tendo em conta a realidade das famílias e dos pequenos negociantes, que operam no mercado de uma forma mais simplificada, apostando numa

relação de confiança e na busca de soluções para promover e empoderar as famílias mais carenciadas e mais desfavorecidas.

Neste sentido, algumas associações de base comunitária estão capacitadas para a prática de micro-créditos, e já existem normas claras de funcionamento, com pessoais dirigentes melhores qualificadas, conhecedores dos mecanismos de cálculo de juros e com noção de custos e práticas contabilísticas.

A análise de crédito vem despertando o interesse dos administradores, sendo a principal ferramenta da empresa para reduzir os riscos da inadimplência. Actualmente, muitas empresas estão recorrendo ao endividamento para suprir suas necessidades de capital de giro. Grande parte dessas necessidades está ligada à inadimplência de seus clientes e a perdas oriundas da impossibilidade dos clientes de saldar seus compromissos. Dessa forma, a gestão do risco de crédito torna-se uma ferramenta importante para as organizações, (BLATT, 1999).

Para as empresas, quando a questão é definição de crédito, depara-se com um dilema liberar ou não liberar, e existe uma dificuldade de se definir os riscos que estão associados a esse processo. As ferramentas utilizadas pela maioria delas enfocam informações passadas do comportamento do cliente, que em muitos casos não são indicadores satisfatórios para a definição do seu potencial de pagamento no futuro.

Em alguns segmentos como o bancário, a aplicação de instrumentos formais de análise de crédito é obrigatória. Os bancos avaliam os riscos que estão associados ao processo de concessão de crédito, sendo que os resultados de sua aplicação justificam os custos de implantação. No comércio e também entre empresas, a aplicação de instrumentos de análise, é bastante utilizada, pois possui boa aceitação dos administradores.

Nesta monografia, busca-se, no quadro da abordagem o micro-crédito, o seu impacto no domínio sócio-económico, no empoderamento das famílias e comunidades excluídas do desenvolvimento natural de um país, ainda o perfil das instituições promotoras de micro-créditos.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para a ilucidação teórica e empírica do micro-crédito como alternativa sócio-económica das famílias cabo-verdianas na geração de emprego e sustentabilidade dos empreendimentos no desenvolvimento da micro e macro economia cabo-verdiana.

Objectivo de Estudo

O trabalho que se apresenta, tem como linhas orientadoras, os seguintes objectivos:

Objectivo Geral

O trabalho visa compreender o papel do micro-crédito em Cabo Verde e sua contribuição para o fomento do empreendedorismo.

Objectivos Específicos

- Identificar as organizações que apoiam os empreendimentos de micro-crédito;
- Descrever as linhas de créditos e programas que atendem aos micros e pequenos empreendimentos;
- Analisar as carteiras de clientes do programa de micro-crédito;
- Compreender as condições socio-económicas das mulheres beneficiadas do micro-crédito em Cabo Verde;
- Identificar as políticas públicas de promoção do micro-crédito, como factores que contribuem para a consolidação dos empreendimentos económicos;
- Analisar a dimensão e a capacidade geradora de emprego e rendimentos desses empreendimentos;
- Analisar o impacto do micro-crédito para o desenvolvimento sócio-económico do país.

Metodologia

Na presente investigação¹, a metodologia baseia-se numa abordagem qualitativa² e quantitativa³, e tem como técnica⁴ de recolha e registos de dados, a entrevista⁵, pesquisa documental e as conversas informais. O que nos aparece mais adequado para estudo, na medida em que, garante maior viabilidade na qualidade dos dados obtidos e permite-nos ainda fazer alguns reajustes nas hipóteses buscando uma resposta do problema (teórico ou prático), interpretando o objecto de estudo e assegurando a quantidade de dados em relação ao tema.

No que concerne as técnicas de recolha de dados recorrendo às entrevistas com o dirigente da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), de forma a recolher dados internos a organização e saber a quantidade de pessoas que já beneficiaram do micro-crédito e estudar a percentagem de sucesso em meio a esses beneficiários. Ainda optou-se por aplicar inquérito por questionários aos beneficiários do micro-crédito com a intensão de perceber qual o impacto que a obtenção do micro-crédito teve na vida quotidiana dos beneficiários.

Por isso, foi delinhado por etapas a investigação, a primeira etapa, realizou-se a colecta de informação. Através dessas informações, apurou-se que existe uma grande demanda na procura do sector de micro-crédito em Cabo Verde, e um número significativo de ONG que apoiam o sector de micro-crédito directamente de forma individual e pequenos empreendimentos.

No processo de selecção da amostra, o universo de pesquisa abrange principalmente as mulheres, com maior representatividade em termos de apoio.

Com base nas informações recolhidas, foi seleccionado a OMCV, considerando-se os seguintes critérios de escolha: abrangência, cobertura do mercado e as actividades

¹ A investigação é uma actividade orientada no sentido da solução de uma problemática, no caso de um problema sociológico. É a tentativa de averiguar, indagar, procurar resposta, que pode ser encontrada, ou não” (Erasmie & Lima, 1998).

² Baseia-se na recolha de dados descritivos e sua análise, preveligiando técnicas de observação dos sujeitos, notas de campo, entrevistas, consultas de registos bibliograficos

³. Baseia-se em técnicas de recolha de dados, apresentação e análise de dados que permitem a sua quantificação e o seu tratamento através de métodos estatísticos. (Carmo & Ferreira, 1998)

⁴ Segundo Ferreira (1986,190)” quanto mais diversificadas forem as técnicas, mais finos serão os resultados obtidos e todas representam diferentes dimensões das práticas sociais e todos têm a sua validade própria”.

⁵ De acordo com Quivy & Campenhoudt (1998,191-192), “(...) os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana. Correctamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados”. Ainda na opinião desses autores, se a entrevista é antes de mais, primeiro um método de recolha de informações no sentido mais rico da expressão, o espírito teórico do investigador deve, no entanto, permanecer continuamente atento, de modo que as suas intervenções tragam elementos de análise tão fecundos quanto possível.

económicas financiadas. Critérios esses, que permitiram uma maior consistência na colecta de dados (anexo tabela 1 e 2).

Nesse sentido, foram entrevistados os agentes de micro-crédito, no caso, designadamente os beneficiários directos de financiamento.

A pesquisa foi realizada em dois momentos. No primeiro, procedeu-se ao levantamento de dados através da pesquisa exploratória das instituições assinaladas no sector de micro-crédito, na qual foram obtidas informações de acordo com a metodologia adoptada na investigação qualitativa. Este momento permitiu maior orientação e compreensão na realização da investigação em relação ao objecto de estudo.

Na realização das entrevistas, o investigador teve que se deslocar às comunidades, foco de estudo. As entrevistas foram conduzidas de forma não estruturada, evitando as questões directas que pudessem exortar os entrevistados a respostas directas do tipo “sim” ou “não”, e facilitando os mesmos, que expressassem livremente sobre o assunto em questão.

As entrevistas foram organizadas através de um contacto prévio, efectuado directamente pelo investigador com os entrevistados.

No segundo momento, procedeu-se à colecta de dados primários, mediante as observações directas, nas instituições seleccionadas, o que permitiu relatar detalhadamente os financiamentos. Na sequência de cruzamento de informações, aplicaram-se questionários com perguntas fechadas e de aplicação directa.

A entrevista com os beneficiários foi com o propósito de conhecer as potencialidades dos empreendimentos financiados, suas influências no que diz respeito à geração de empregos e rendimentos das famílias, assim como, os seus reflexos na economia nacional.

Nessa entrevista os dados documentais foram seleccionados de acordo com a congruência em relação ao tema em estudo, priorizando as informações contabilísticas e sustentabilidade de negócios.

Com os dados obtidos através das conversas informais complementares, procedeu-se à leitura e análise.

Posteriormente, procedeu-se à triangulação⁶ destes métodos, tendo em presença os discursos dos interlocutores.

Ainda é de salientar, que as conversas informais têm um grande peso nesse estudo, sem perder de vista, a análise documental que, segundo Ludke & André (1986, 38), “constitui uma técnica valiosa de abordagens de dados qualitativos, seja complementado as informações, obtidas por outras técnicas, seja desvendado aspectos novos de um tema”

Organização da monografia

A monografia está estruturada em duas partes: uma introdutória que engloba a justificativa do tema, os objectivos e os procedimentos metodológicos, e uma outra composta por cinco capítulos.

O primeiro capítulo micro-crédito, com a intenção de trazer, para o debate, pontos de vista de vários estudiosos na matéria de micro-crédito, tais como: Silvana Parente, Muhammad Yunus, Anilda Soares, David Gibbons, entre outros.

No segundo capítulo, evidenciam-se as potencialidades do micro-crédito e inclusão socio-económica.

No terceiro capítulo, faz-se o enquadramento contextual de Cabo Verde, destacando-se os aspectos físicos, demográficos, económicos, sociais, culturais, políticas públicas para o sector de micro-crédito, organizações promotoras.

O quarto capítulo trata do micro-crédito em Cabo Verde, considerando as actividades desenvolvidas no sector de micro-crédito.

O quinto capítulo trata-se de perspectiva prática: Estudo de caso OMCV.

Por último, conclusões do trabalho e as referências bibliográficas

⁶ As conversas informais são muitas vezes referidas nas obras sobre investigação qualitativa e nos relatórios de investigação apenas como suporte metodológico a fim de obter informações complementares prévias ou posteriores para ampliar a informação contextualizante. Desvalorizadas formalmente como métodos são, todavia, muito valorizadas como recurso alternativo para colmatar insuficiências daquelas estratégias metodológicas que assentam numa interacção directa com os investigados. A respeito, Bogdan & Biklen (1994,139) são elucidativos deste “paradoxo”: após as entrevistas, “se não souber porquê que os sujeitos respondem de uma determinada maneira, terá de esperar para encontrar uma explicação total”.

CAPÍTULO I: MICRO-CRÉDITO

1.1. História do Micro- Crédito

A primeira experiência com o micro-crédito deu-se em 1846 no Sul da Alemanha, numa época de Inverno rigoroso, em que os fazendeiros da região se endividaram com empréstimos vindos egiotas⁷. Foi quando o pastor Raiffensem criou a “Associação do pão” e cedeu farinha de trigo para os fazendeiros fabricarem e comercializarem pão, e com o lucro pagarem as dívidas, (SILVA, 2001 apud PRADO, 2002).

A primeira instituição de micro-crédito nasceu em 1980, com o Grameen Bank, de Bangladesh, tendo Muhammad Yunus como fundador e director-gerente, o qual começou a notar que os vizinhos próximos à universidade em que leccionava, viviam na miséria e desenvolviam algum tipo de actividade produtiva, mas estavam reféns de agiotas, que levavam a maior parte dos lucros. Vendo tal situação, Yunus começou a emprestar pequenas quantias de dinheiro sem cobrar juros a um pequeno grupo familiar.

Tal atitude levou a consciência de se criar uma instituição que atendesse a população mais necessitada.

Segundo as palavras de Yunus, foi então que tudo começou. Eu não tinha absolutamente intenção de me converter em credor; queria apenas resolver um problema imediato. Até hoje considero que meu trabalho e o de meus colegas do Grammen têm um único objectivo: por fim á pobreza, esse flagelo que humilha e denigre tudo o que um ser humano representa, (YUNUS, 2000 apud Prado, 2002).

Inicialmente o Dr. Yunus fazia as suas operações com famílias produtoras rurais focalizando as mulheres, utilizando o sistema de garantias morais mútuas formando grupos de cinco pessoas que ficavam responsáveis umas das outras.

Os grupos assumiam a responsabilidade de devedores no reembolso de qualquer empréstimo relacionado a qualquer sócio do grupo e utilizavam as informações para minimizar os custos. Com a iniciativa de emprestar pequenas somas em dinheiro às pessoas carenciadas de uma pequena comunidade pobre bengalesa, no intuito, de ajudar as populações a resolverem os seus problemas de sobrevivência quotidiana, nasciam assim as primeiras práticas de micro-crédito.

⁷ **Agiota** é a pessoa que faz prática da usura, ou seja, empresta dinheiro a outra no mercado informal, sem a devida autorização legal para isso.

Após sentir que aquelas pessoas pobres eram merecedoras de crédito e que pagavam os seus empréstimos destinados as suas actividades produtivas aumentou-se o montante do empréstimo. Mais tarde, em 1978 o Dr. Yunus conseguiu financiamento e doações junto aos bancos privados e internacionais para criar o Banco Grameen. Assim, surgiu a primeira instituição financeira do micro-crédito do mundo.

Segundo David Gibbons (1999), “Grameen” significa Aldeia em Bengali, por isso, o “Banco Grameen” significa Banco da Aldeia, porque quase todas as suas transacções eram realizadas nas aldeias dos clientes em encontro semanais. O Banco Grameen, fundado por Yunus e também conhecido como Banco dos Pobres, dando crédito às pessoas carenciadas pertencentes a uma zona do Bangladesh.

O Banco Grameen tinha inicialmente como objectivos o:

- Alargar os serviços bancários a homens e mulheres pobres;
- Eliminar a exploração dos pobres pelos usuários;
- Criar oportunidade de auto-emprego para os vastos recursos humanos nacionais não utilizados e subutilizados;
- Envolver as populações desfavorecidas em estruturas organizacionais que possam encontrar força sócio-política e económica, através do apoio mútuo;
- Tornar o velho ciclo vicioso “baixo rendimento, baixa poupança, baixo investimento, baixo rendimento” num sistema mais dinâmico de “baixo rendimento, crédito, investimento, maior rendimento, mais crédito, mais investimento, maior rendimento”.

A experiência do Banco Grameen foi replicada em dezenas de países, respeitando as condições sociais, culturais e económicas de cada país. Isto devido a sua performance no combate a pobreza. Como prova disto, o Dr. Yunus foi distinguido com o prémio Nobel da Paz em 2006 pelo Comité do Parlamento da Noruega em Oslo.⁸

Também é o caso do Banco Central Comunitário que através de Micro-Finanças (BCEAO) vem preservando e reforçando a estabilidade financeira, através da sua jurisdição e supervisão das suas instituições, inserindo as actividades de micro-finanças no sector formal e gerindo riscos do sistema financeiro descentralizado.⁹

Segundo um estudo feito por Yves Fourier em 1998 já existiam várias (ONG) – Organizações não Governamentais a operar no ramo dos micro-crédito em Cabo Verde, cada uma praticando o seu próprio critério de concepção de crédito, sendo alguns critérios novatos o que causara alguns problemas de sustentabilidade das instituições.

⁸ http://pt.wikipedia.org/wiki/Muhammad_Yunus

⁹ Seminário Anual de Supervisão Bancária e de Estabilidade Financeira do BCEAO

Segundo Anilda Soares (2003) as primeiras experiências do micro-crédito surgiram na década de noventa, e eram praticadas de forma pouco desconcentradas enquadrando nos programas de promoção feminina no desenvolvimento rural e outros. Esse sistema era financiado essencialmente pela cooperação internacional, havia fundos perdidos e muitas vezes os procedimentos eram impostos pelos fornecedores. Os operadores de micro-crédito não possuíam uma clara noção do programa de micro-crédito de modo que muitos créditos eram atribuídos a fundos perdidos e ou as taxas de juros muito baixas o que comprometia a sustentabilidade do programa ou da instituição.¹⁰

Devido a necessidade de discutirem sobre as estratégias de actuação surgira o Comité de Pilotagem que agrupava instituições públicas e privadas com o objectivo de reflectir, inventariar e formular propostas de políticas estratégicas para o desenvolvimento do micro-crédito.

1.2. Conceito de Micro-Crédito

Quando se menciona micro-crédito é importante realçar micro-finanças. Segundo a literatura do micro-crédito não existe unanimidade com relação ao conceito de micro-finanças. Para alguns estudiosos do assunto significa serviços financeiros, principalmente crédito e poupança, destinados às pequenas actividades produtivas (SILVA, 2007, p. 19 apud ROBINSON, 2001, p. 63). Outro conceito, mais abrangente o qual é adotado neste trabalho, é apresentado por Alves e Soares (2004, p. 11) e Monzoni (2006); Estes autores qualificam micro-finanças como serviços financeiros (crédito, poupança, penhor e seguros) sustentáveis e apropriados a parcela da população de baixo renda, que se encontra excluída do Sistema Financeiro Nacional. Estes serviços não são necessariamente direccionados para empresas, podendo ter como finalidade, por exemplo, o consumo.

O micro-crédito é apenas um tipo de serviço que compõe as micro-finanças. A literatura também diverge no que se refere ao conceito do micro-crédito. Para alguns autores, significa empréstimo de pequeno valor que possui uma metodologia diferenciada do crédito convencional (crédito oferecido pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional), que pode ser direccionado para a produção, tanto como para o consumo, (MONZONI, 2006, p. 15).

Segundo Francisco Barone (2002), o micro-crédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e micro empresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. Trata-se

¹⁰ Relatório do diagnóstico sobre impacto do micro-crédito em Cabo Verde realizado em 2003

de um crédito destinado a produção e é concedido com o uso de uma metodologia específica que passa por análise:

- do carácter do cliente;
- do negócio do cliente;
- da sua capacidade de pagamento.

Analisar o carácter do cliente passa por uma observação detalhada das condições reais apresentadas por ele tendo em conta a actividade que desempenha ou que pretende desempenhar. Para a análise do próprio negócio torna-se necessária fazer uma avaliação criteriosa do projecto apresentado pelo cliente, e analisar assim a sua capacidade empreendedora.

Para Hardy et. al. (2002), o micro crédito consiste, portanto em emprestar dinheiro aos micro empresários de rendimento baixo, que não têm normalmente acesso aos serviços de crédito de um banco tradicional. Estes tipos de empréstimos são concedidos por instituições micro-financeiras, entidades especializadas nesse tipo de crédito. Elas diferenciam-se dos bancos comerciais tradicionais ou de programas governamentais, precisamente pelos seus clientes alvos na disponibilização de serviços financeiros: pequenas empresas, micro-empresas e famílias pobres. Normalmente, são emprestadas pequenas quantias em dinheiro, mas não necessariamente, e sempre de acordo com as necessidades do cliente. O crescimento dessas instituições é sustentado pelo apoio junto de organismos não governamentais (ONG) internacionais, bancos de desenvolvimento, organismos internacionais especializados e Governos nacionais.

A palavra “crédito”, pode tomar diferentes significados dependendo do contexto em que é utilizado em que conceituam-se da seguinte forma:

- Neste momento o micro-crédito é um conceito global que consiste num pequeno empréstimo bancário destinado a apoiar pessoas que em condições normais não têm acesso ao crédito, mas que, querem desenvolver uma actividade económica por conta própria e, para isso, reúnem condições e capacidades pessoais, que tornam viáveis as iniciativas que pretendem tomar;
- Num contexto financeiro, define um instrumento de política financeira a ser utilizado por uma empresa de natureza comercial ou industrial, quando as suas vendas são realizadas a prazo, ou ainda por um banco comercial, por exemplo, na concessão de empréstimos;

- Micro crédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais ou formais e á micro-empresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado á produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica (BARONE et al, 2002,p. 11).
- Designa um tipo de financiamento de montante reduzido e destinado a apoiar a criação de pequenos negócios por pessoas que não tenham condições para recorrer ao crédito tradicional. Sendo uma forma de apoio social, o conceito de micro-crédito difere muito do conceito tradicional de ajuda e combate à pobreza na medida em que rejeita a esmola, o subsídio ou o donativo como forma de justiça social.

Segundo Parente (2002) tirar considera que existe diferença entre os diferentes conceitos entre *crédito* e *micro-crédito*, bem como entre *microfinanças* e *micro crédito*. A uma grande diferença entre micro-crédito e crédito, em que este obtém lucro através de grandes montantes, com garantias reais, juros altos que compensam os custos com verificação e monitoramento do projecto e geralmente excluem (de seus clientes) os micros e pequenos empreendedores, enquanto o *micro-crédito* possui características voltadas exclusivamente para a população de baixo rendimento, exemplos:

- Trabalhar directamente na comunidade, através de visitas e encontros que esclarecem á comunidade os pré-requisitos necessários para um provável cliente potencial;
- Fornecimento rápido do empréstimo, visto que, ninguém quer esperar meses para ter em mãos o empréstimo, até porque a maioria desses clientes estão acostumados com os agiotas que liberam o dinheiro de imediato;
- Trabalhar com actividades económicas já existentes ou que estejam começando e no mercado local;
- Começar com pequenos investimentos, de modo que prove a capacidade do pequeno empresário de reembolsar e verificar o nível de crescimento devido ao empréstimo;
- Fornecer empréstimos crescentes, na medida em que os investimentos são bem-sucedidos; etc

A diferença entre *micro-finanças* e *micro-crédito*, advém de que o segundo é parte das micro-finanças, ou seja, a micro-finanças abrangem instituições que oferecem serviços financeiros aos carentes como por exemplo, micro-poupança, micro-seguro, micro-doações e dentre outros o micro-crédito.

O micro-crédito não deve ser entendido apenas como uma medida de política económica, mas também, como de política social, pois, deve oferecer acessibilidade para agentes económicos que dantes estavam excluídos do mercado financeiro.

1.3. Micro-Finanças

A microfinança desenvolveu-se para tornar os serviços financeiros acessíveis às populações que não têm acesso às instituições financeiras clássicas. São portanto, os serviços de poupança e de crédito que são oferecidos às populações cujo rendimento se situa geralmente abaixo da média.

Os serviços oferecidos pelas instituições financeiras clássicas são muitas vezes inacessíveis, uma vez que os custos de abertura de contas e os juros são muito elevados. De facto, frequentemente estes serviços só se encontram nos meios urbanos ou nos bairros que não são frequentados pela população menos favorecida. Finalmente, esta clientela é ignorada pelas instituições financeiras clássicas e os volumes financeiros em jogo têm para elas pouco

Interesse. Os custos de transacção (administração da poupança e processo de concessão de crédito) são elevados atendendo aos montantes depositados ou emprestados, o que representa outro constrangimento para as instituições financeiras.

Para muitos, a microfinança é constituída apenas por créditos produtivos, ou seja geradores de rendimento. Na prática, certas IMF concedem quer empréstimos destinados ao consumo quer empréstimos sociais às populações que não têm acesso às instituições financeiras clássicas. (Pierre Larocque, Junho 2002).

1.4. Tipos de Micro-Crédito:

1.4.1. Micro-Crédito ao Grupo

O crédito solidário é um produto de créditos com escalões a empreendedores, proprietários de micro empreendimentos de subsistência e de acumulação simples, que não dispõem de garantias individuais. Os micro-empreendedores formam grupos de 3 a 5 pessoas, que se constituem em avalistas uns dos outros, ou seja, avalistas solidários. O crédito solidário é dirigido a pessoas que não têm garantias reais, mas necessitam ser atendidas por uma garantia solidária que se constrói ao longo do processo de solicitação do empréstimo e acompanhamento do grupo. A formação do grupo solidário não é feita pelo agente. É sim, o resultado da actuação do agente de crédito no âmbito da comunidade, mediante aplicação de metodologia, de sorte que os micro-empreendedores possam ser atendidos. Para que se forme

um grupo solidário sob a orientação do agente de crédito, é necessário que os componentes estejam convencidos em assumir a garantia solidária não é desejo do cliente potencial, senão uma necessidade para ter acesso ao crédito, bem como se trata da única alternativa para o seu desenvolvimento empresarial e melhoria da qualidade de vida. Os pré-requisitos para a formação de grupo solidário são que terão de ter um negócio próprio estabelecido ao pelo menos um ano; ser maior de idade; ser amigo dos demais membros, confiar neles, ter a confiança deles e estar disposto a dar garantia solidária incondicional. É desejável que os negócios sejam similares; que haja um fomento da solidariedade e resgate do compromisso da palavra; que o líder do grupo consiga a consolidação do grupo o que apoiará no processo de recebimento e pagamento das parcelas. (Manual de Crédito, 2009)

1.4.2. Micro-Crédito Individual

O micro-crédito individual é destinado a micro-empresendedores de acumulação ampliada que não se encontram dispostos a participar de grupos solidários e manifestam capacidade de oferecer um avalista pessoal. O crédito individual é dirigido a pessoas que dispõem de garantias que são construídas por elas, pela economia de muitos anos de trabalho. O crédito individual é um empréstimo dirigido para financiar uma percentagem do capital de giro da micro-empresa que atenda às condições estabelecidas, ao tamanho do negócio, volume de vendas, necessidade manifestada de capital de giro, capacidade de pagamento, além do carácter do cliente potencial, entre outras características.

As condições básicas para ter acesso ao crédito, os clientes devem possuir as condições financeiras necessárias para a tomada de crédito, segundo a análise creditícia realizada; existência de avalista formal, que comprove as condições financeiras necessárias para o aval do crédito e/ou ser dono de activos que possam ser dados em garantia caso não possuam avalistas. (Manual de Crédito, 2009)

1.4.3. Micro-Empreendimentos

Micro-empresendimentos são pequenas unidades económicas destinadas à produção e à comercialização de bens ou à prestação de serviços. Nasceram, na sua grande maioria, da necessidade de criação de uma fonte de emprego e de renda para seus proprietários e, por conseguinte, muitas delas não tem vida jurídica. Seus proprietários dispõem de um mínimo de capital fixo, utilizam poucos trabalhadores, familiares ou assalariados não registrados, e participam, directamente, da produção sem se caracterizarem como assalariados. A relação entre patrão, empregados e clientes são pessoais e a forma como serão exercidos dependerá

da cultura, experiência de vida, personalidade e condições de vida do proprietário. A situação financeira do negócio está fortemente vinculada à situação financeira da família, ou seja, não há uma separação clara entre as finanças do negócio e as da família. Os micros empreendimentos podem actuar nas actividades de transformação, como por exemplo, sapatarias, carpintarias, casos de costura, padarias; no comércio, como vendedores em mercados, restauração, lanchonetes, rabidantes que viajam para compra e venda de mercadorias; nas prestações de serviços, como por exemplo, salões de beleza, oficinas de mecânica; trabalhos envolvendo agricultura e criação de animais, como exemplo, micro produtores rurais que praticam agricultura ou criam animais. (Manual de Crédito, 2009)

1.4.4. Crédito Solidário

O crédito solidário é um produto de créditos escalonado a empreendedores, proprietários de micro empreendimentos de subsistência e de acumulação simples, que não dispõem de garantias individuais. Os micro-empreendedores formam grupos de 3 a 5 pessoas, que se constituem em avalistas uns dos outros, ou seja, avalistas solidários.

O crédito solidário é dirigido a pessoas que não têm garantias reais, mas necessitam ser atendidos por uma garantia solidária que se constrói ao longo do processo de solicitação do empréstimo e acompanhamento do grupo. A formação de grupo solidário não é feita pelo agente. É sim, o resultado da actuação do agente de crédito no âmbito da comunidade, mediante a aplicação da metodologia, de sorte que, os micro-empreendedores possam ser atendidos. Para que se forme um grupo solidário sob a orientação do agente de crédito, é necessário que os componentes estejam convencidos de que assumir a garantia solidária não é desejo do cliente potencial, senão uma necessidade para ter acesso ao crédito, bem como, se trata da única alternativa para o seu desenvolvimento empresarial e melhoria da qualidade de vida. Os pré-requisitos para a formação do grupo solidário terão de ter um negócio próprio estabelecido à, pelo menos um ano; ser maior de idade; ser amigo dos demais membros, confiar e ter a confiança deles e estar disposto a dar garantia solidária incondicional. É desejável que os negócios sejam similares; que haja o fomento da solidariedade e resgate do compromisso da palavra; que o líder do grupo consiga a consolidação do grupo e apoiará no processo de recebimento e pagamento das parcelas. (Manual de Crédito, 2009).

1.4.5. Rendimento

O rendimento das famílias compreende a totalidade das receitas tidas durante o ano ou seja, receitas do trabalho por conta de outrem, receitas do trabalho por conta própria, rendimento

de propriedade, rendimento de capital, pensões de reforma, abonos e subsídios diversos, bolsas de estudo, remessas de familiares residentes no país, prestações de assistência social pela administração pública em especial, pensão social mínima em dinheiro e outras como pensões provenientes do estrangeiro, remessas de emigrantes, remessas de familiares ou outras pessoas residentes no país, reembolso das despesas de saúde que compreendem quantias recebidas da segurança social por despesas efectuadas com a saúde, reembolso de impostos, prestações de benefícios em especial pela administração pública, prestações de assistência pelas ONG, benefícios relacionados com a família como subsídio de casamento, funeral, aleitamento, benefícios relacionados com trabalho (indenizações por despedimento, compensação salarial...), subsídios relacionados com a educação (subsídio de educação, formação profissional), (TAVARES, 2017:10).

1.5. Principais Características do Micro-crédito

1.5.1. Crédito Produtivo

Trata-se de um sistema financeiro virado a pequenos empreendimentos, pequenos empresários e micro empresas geridos por pessoas com baixo rendimento concedendo empréstimos de baixo valor, que não se destina a financiar o consumo.

1.5.2. Ausência de Garantias Reais

O micro-crédito é um sistema onde não há garantias reais do retorno do crédito concedido, na medida em que, aqui se trabalha com pessoas de fraco rendimento, ou seja, possuem poucos recursos o que poderá dificultar o pagamento do débito.¹¹

É um sistema que se sustenta em duas garantias. A primeira é o aval solidário que consiste na junção de pequenos grupos de pessoas com pequenos negócios e necessidade de crédito, encaixando-se na tipologia do micro-crédito ao grupo referido no acima no ponto 1.3.2. A segunda garantia é recorrendo á um avalista/fiador que esteja conforme as leis vigentes na instituição micro-financeira. O avalista será o responsável pelo débito, no caso, do não cumprimento do acordado por parte do cliente. Esta é a modalidade mais praticada em Cabo Verde.

1.5.3. Crédito Orientado

Como é um sistema onde não a garantias, então existe o receio do endividamento, daí há necessidade da concepção do crédito de forma assistida, ou seja, é necessário acompanhar o

Francisco Barone – Introdução ao Micro-crédito.

investimento do cliente mais de perto, por agentes de crédito com vista, a alcançar o êxito do negócio e o retorno do investimento à instituição, visto que, o ambiente circundante é composto por clientes que muitas vezes não tem experiência em gestão do negócio e do crédito.

1.5.4. Crédito Adequado ao Ciclo do Negócio

O micro-crédito é um sistema onde o montante do crédito é concedido conforme o tipo de negócio do cliente.

É um sistema onde os montantes são pequenos, com prazos de pagamento curtos, com a possibilidade de renovação do empréstimo com valores crescentes consoantes o histórico do pagamento até ao limite estabelecido pela instituição.

1.5.5. Baixo Custo de Transação e Elevado Custo Operacional

Este sistema possui elevados custos operacionais para o cliente, visto que, as taxas de juros praticadas pelas instituições são elevadas, para além dos custos do processo, obriga o empreendedor a deixar o local de trabalho para desencadear o processo o que pode significar perda de dinheiro. Por outro lado, este sistema possui baixos custos de transacção, na medida em que, a localização da instituição do micro-crédito deverá ser próxima ao cliente, poucas burocracias tais como assinaturas de documentos e agilidade na entrega do crédito que deve ser mais curto possível.

1.5.6. Acção Económica com Forte Impacto Social

Este sistema tem um forte impacto social, pois ela fortalece o investimento, aumenta a renda das famílias, o que traduz em melhoria das condições de vida das famílias, combatendo a pobreza, a exclusão social e o abandono escolar.

O micro-crédito tem se revelado no punho do desenvolvimento sustentável, combate a pobreza e no financiamento as pequenas empresas.

1.6. Capital Social no Campo do Micro-Crédito

O fenómeno do micro-crédito está intimamente ligado aos aspectos económico, social e político. As relações de complementaridade desenvolvidas no sector de micro-crédito sustentam a solidariedade desenvolvida entre os empreendimentos económicos.

O conceito do capital social, embora antigo, tem sido renovado por alguns pesquisadores ao mesmo tempo vigorosamente criticado por outros.

Desde a década de 90, autores como Putnam tem destacado a existência de determinadas características sociais num dado território, como a confiança generalizada nos demais, a atuação em associações, a capacidade de coordenar redes sociais complexas a fins produtivos. Foi a noção de capital social que popularizou o argumento de que a dimensão social sobre a economia, isto é, os efeitos secundários derivados da interação das redes sociais e não de ações de indivíduos em busca de interesse próprio.¹²

Nesta linha, o capital social pode ser entendido como normas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas redes sociais informais, desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida quotidiana, resultando em numerosos benefícios directos ou indirectos, sendo determinante na compreensão da acção social.

Ainda na perspectiva de Putnam e de Coleman, o capital social é “o conjunto de recursos, na maioria simbólicos, cuja apropriação depende em grande parte do destino de uma comunidade”. Assim, a acumulação de capital social consiste num processo de aquisição de poder (empowerment) e mesmo da mudança nas correlações de forças no plano local. Neste sentido, o capital social desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do capital humano e constitui um importante recurso na condução dos assuntos sociais.

Neste âmbito, o capital social torna-se indispensável para o entendimento da dinâmica institucional, da inovação e criação de valores (Nahapiet e Ghoshal, 1998).

¹² www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task.. 16 de novembro de 2012

CAPÍTULO II: AS POTENCIALIDADES DO MICRO-CRÉDITO EM INCLUSÃO SÓCIO-ECONÓMICO

2.1 Empreendimento Contra a Pobreza e Exclusão Social: O Micro-Crédito

Os empreendimentos económicos (EE) têm um papel fundamental na reestruturação do tecido económico, visto que, o processo se insere na empregabilidade e complementaridade do mercado formal, com isso, todas as instituições no sector de micro-crédito devem estar organizadas em rede, para facilitar os apoios e definir as políticas de segmento no sector, de modo que, empreendedores possam trabalhar em equilíbrio. É de realçar a criação de iniciativas económicas e a forma como as pessoas encontraram para resolver problemas sociais e económicos na criação de empregos e geração de rendimento, contribuindo para o empoderamento sócio-económico.

De acordo com Constanzi (2002), “o micro-crédito aumenta a disponibilidade de ativos produtivos à disposição dos pobres, e constitui, juntamente com educação e investimento no capital social”.

A consciencialização da criação dos EE tem evidenciado um campo próprio consistente no processo de reestruturação do mercado formal. Mais ainda, deve-se destacar o seu impacto directo no melhoramento das condições de vida de muitas famílias e na diminuição dos excluídos, e sobretudo, no desenvolvimento da micro-economia.

Neste contexto, os empreendimentos económicos têm contribuído de certa forma na promoção da economia nacional, isto é, no desenvolvimento económico. Os EE perspectivam o engajamento económico-social com reflexo directo nos empreendimentos.

As novas oportunidades de inserção social contribuíram para o alargamento das vendas ambulantes, e criação de pequenos empreendedores informais, entre outros, que têm provocado conflitos de entendimento entre mercados e autoridades estatais.

No âmbito do sector de micro-crédito, é preciso reconhecer a existência de vários empreendimentos económicos em questão, a sua importância e o seu impacto no mercado formal, assim como, a inexistência de políticas eficazes de geração de trabalho e rendimento. De uma forma geral micro-crédito enquanto prática financeira em expansão em todo o mundo, é um instrumento de combate aos problemas sociais não só em zonas mais desfavorecidas como em zonas mais desenvolvidas.

2.2. Vantagens e Desvantagens do Micro-Crédito para a Economia:

2.2.1. Vantagens

As principais vantagens do micro-crédito para a Económia são: (i) a rapidez na libertação ou reembolso dos recursos financeiros; (ii) a flexibilidade nas categorias de financiamento; (iii) a desburocratização na captação de financiamento; (iv) o aumento do capital circulante da pequena empresa; (v) a simplicidade das operações; (vi) apoio a indivíduos desempregados, reformados, com poucas habilitações literárias na criação do próprio emprego; (vii) trazer para a economia formal empreendedores que se encontram na economia informal; e (viii) permitir as camadas pobres, excluídos do sistema financeiro, ao crédito, trazendo-as para o serviço financeiro tradicional (Roman, 2004).

2.2.2. Desvantagens

Os bancos e as instituições de micro-crédito enfrentam, actualmente, sérios problemas relacionados com: (i) os altos custos operacionais; (ii) os baixos montantes para financiar os seus projectos; (iii) as altas taxas de incumprimento em maior parte das instituições de microfinanças (Roman).

Os altos custos operacionais decorrem principalmente da metodologia de concessão de crédito adoptados nessas instituições, que tem como característica o acompanhamento do crédito concedido, através da presença de agentes de créditos especializados que avaliam a evolução do empreendimento bem como da sua capacidade de pagamento. Por outro lado, esses custos são ainda mais elevados atendendo à relação entre o montante concedido a título de crédito e os encargos inerentes.

CAPÍTULO III: ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL DO PAÍS

3.1. Situação Geográfica

O arquipélago de Cabo Verde fica situado na encruzilhada das rotas do Atlântico Sul, entre os três continentes (América, África e Europa), cerca de 450/500 Km do Cabo Verde costa ocidental africana donde lhe vem o nome. É constituído por dez ilhas e cinco ilhéus de origem vulcânica, entre as latitudes 14°48' e 17°12'N e as longitudes 22° 44' e 25°22' Oeste ainda com uma área total de terras emersas de 4.033,37 km². (AMARAL, 1991:1)

O arquipélago está dividido em dois grupos: Barlavento que reúne as ilhas Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal e Boavista e os ilhéus Branco e Raso; Sotavento, com as ilhas: Maio, Santiago, Fogo e Brava.

O espaço natural de Cabo Verde está profundamente marcado pela insalubridade, pelo predomínio de um relevo vulcânico com altitudes elevadas e declives acentuados, principalmente nas ilhas ocidentais, pela existência de uma diferenciação nas características micro-climáticas e na vegetação, resultado da variação da posição em relação aos ventos alísios. (SEMEDO & TURANO: 1997:25).

Com o seu clima tropical seco com duas estações assimétricas: a seca, tempo das brisas e a chuvosa, tempo das águas, sendo o período seco de Dezembro a Junho e chuvoso de Agosto a Outubro. Muitas vezes os habitantes das ilhas vêem, com grande tristeza, chover no mar, sem que uma gota de água venha dessentar a terra seca, onde as culturas começam a estiolar-se. (AMARAL, 1991:5)

3.2. Aspectos Económicos

Antes de entrar nas questões profundas da realidade económica cabo-verdiana, considera-se pertinente fazer uma viagem no tempo, trazendo os vários factores que influenciaram esse campo.

A alternância de uma longa estação seca e de chuva concentrada entre os meses de Julho a Outubro, a ocorrência de anos totalmente secos, vagas de ar quente e seco do interior do deserto, são algumas características mais conhecidas do Sahel, que podem ser registadas em Cabo Verde.

A raridade e irregularidade das chuvas provocam secas cada vez mais longas, que são as causas de um défice hídrico permanente e do avanço da desertificação. Nessas condições excepcionalmente difíceis, a produção alimentar é constantemente deficitária. Segundo o Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza, “Cabo Verde importa

mais de 80% dos alimentos de que necessita e não se vislumbra uma auto-suficiência alimentar para Cabo Verde” (DECRP, 2004,9).

O grande paradoxo é que, apesar das condições ambientais não serem favoráveis, (falta de solos férteis, relevo montanhoso, reduzida precipitação/elevada frequência de seca), Cabo Verde é um país essencialmente agrícola, não em relação à produtividade, mas na ocupação da sua população. Para se ter uma idéia, apenas 10% da superfície do país tem as condições necessárias para a prática da agricultura.

É indiscutível o papel da agricultura ligado à silvicultura e pecuária na economia cabo-verdiana, particularmente nas zonas rurais. Embora o seu peso na formação do Produto Interno Bruto (PIB) tenha oscilado entre 12% e 9% na década de 90 e seja perceptível a tendência para a diminuição da actividade nesse sector. Geralmente, é reconhecida a sua importância para a subsistência e o emprego de um grande número de famílias. Convém ressaltar que ainda essa actividade económica é praticada de forma precária em Cabo Verde.

Para além das limitações naturais (falta de superfície arável e água), as práticas rudimentares de exploração da terra têm condicionado a produtividade e a produção, dificultando seriamente o abastecimento do mercado interno. A economia cabo-verdiana possui fracas potencialidades produtivas.

No entanto, deve-se sublinhar que houve avanços no plano do desenvolvimento, desde a ascensão do país à independência, até ao presente momento. O PIB aumentou 6% na década de 80 e 4,5 % nos anos 90. Em 2000, o sector da agricultura e das pescas, que empregam mais de 60% da população, representou apenas 10% do PIB, enquanto os serviços contribuíram com 65%.

A produtividade da economia cabo-verdiana permanece frágil, por condicionantes de ordem estrutural. Estes condicionantes têm a ver com a fraca competitividade dos seus produtos e pelos fenómenos físicos e climáticos.

O desenvolvimento de Cabo Verde tem sido marcado, ao longo da sua história, por avanços e recuos, fruto da vulnerabilidade económica, da sua pobreza em termos de recursos naturais, de uma fraca base produtiva e de uma forte dependência dos apoios externos. Essa situação faz com que Cabo Verde apresente uma fraca capacidade de recursos em termos de gerar empregos.

As transferências líquidas dos emigrantes, que representam cerca de 34,4% do Produto Interno Bruto (PIB), têm compensado e vêm compensando o desequilíbrio do mercado interno. Ciente de que o número da população emigrada é superior ao da residente.

A evolução favorável dos principais indicadores sociais e macro-económicos colocou o país no grupo dos países de “Rendimento Médio”, passando do 123º em 1995 para o 105º lugar em 2000, entre os 174 países analisados no âmbito da produção do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano.

À semelhança do sector agro-pecuário, a indústria é bastante modesta no panorama económico cabo-verdiano em termos do peso do PIB e de exportação. Houve um ligeiro crescimento deste sector nos últimos 5 anos com a implementação de investimentos privados. Profundas transformações económicas ocorreram, com a opção por uma economia de mercado de base privada, fruto das reformas feitas no sector empresarial do Estado, mais concretamente as privatizações das empresas do Estado, no sistema fiscal e financeiro e na administração, o que facilitou o investimento directo de estrangeiros e nacionais, conferindo um novo papel ao sector privado.

Apesar disso, os progressos são de longe insuficientes para se falar de uma mudança estrutural relevante da economia do país. A economia continua muito dependente dos fluxos de recursos externos. A pobreza atinge uma parte importante da população e constrangimentos diversos continuam a afectar o desenvolvimento de sectores como o da educação, saúde e emprego.

O desemprego assume carácter estrutural e continua a ser, para o país, o principal problema social. Deve-se principalmente à fragilidade económica, diminuição ocorrida no sector agrícola e ao crescimento da população.

Perante tal situação, o recurso a projectos de emprego público direccionados às famílias mais desfavorecidas tem sido uma aposta com resultados satisfatórios. No entanto, são trabalhos sazonais, de baixa produtividade e são concebidos para permitir o acesso dessas pessoas ao rendimento mínimo para a respectiva sobrevivência.

De acordo com o Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano (2004, 25), em Cabo Verde regista-se um avanço na melhoria das condições de vida da população. A taxa de mortalidade geral, infantil e infanto-juvenil recuou bastante, a esperança média de vida, que na década de setenta se encontrava por volta de quarenta anos, subiu, em média, para 69,4 anos. Os serviços de saúde actualmente estão cada vez mais próximos das comunidades, muito embora se verifique ainda uma insuficiência em termos de cobertura médica.

O investimento em políticas sociais, principalmente na área de saúde, habitação social, saneamento, tem constituído uma preocupação constante dos sucessivos governos, não obstante as limitações em termos de recursos. Projectos específicos direccionados a crianças, jovens, mulheres, idosos e carenciados têm sido implementados, embora, por vezes, um tanto ou quanto desarticulados uns dos outros, o que não permite uma intervenção conjunta das entidades responsáveis pela execução.

Apesar de avanços significativos realizados no plano sócio-económico, as necessidades básicas de parte significativa da população estão ainda longe de serem satisfeitas, tendo um impacto negativo na qualidade de vida da mesma, permanecendo grandes disparidades e assimetrias no acesso aos serviços de base entre ilhas, municípios, zonas urbanas e rurais ¹³.

3.3. Aspectos Sociais

O campo social em Cabo Verde é um sector delicado, daí que o grosso do trabalho em consideração tem como foco principal a melhoria de qualidade de vida.

O desemprego é considerado um dos factores determinantes da pobreza em Cabo Verde, atinge particularmente os jovens entre os 15 e 25 anos e as mulheres que constituem, respectivamente, cerca de 48% e 68% dos desempregados. Entre 1990 e 2000, a taxa de desemprego passou de 25,2% para 17,4%, com maior incidência da redução nos homens. Este panorama, desfavorável à mulher, afecta directamente a criança, agravando as suas condições de vida, em todas as vertentes – saúde e nutrição, educação e desenvolvimento (DECRP, 2004).

Os níveis de pobreza continuam elevados, com maior incidência nos meios rurais, reflectindo a fragilidade da economia cabo-verdiana. Segundo o critério de limiar da pobreza adoptado no estudo baseado no Inquérito sobre as Receitas e Despesas Familiares (IRDF) ¹⁴, 37% da população é considerada pobre (30% em 1989), residindo a maioria no meio rural. Dos pobres, cerca de 54% são considerados muito pobres, o que corresponde a 20% da população total (14% em 1989). A pobreza atinge particularmente as famílias chefiadas por mulheres, 28% das quais são pobres e 14% muito pobres.

Perante essas dificuldades, o Governo tem atribuído grande prioridade aos sectores sociais, procurando responder aos inúmeros desafios impostos por cada um deles, com o objectivo de promover o crescimento económico.

¹³ Texto extraído in Dissertação de Mestrado Barbosa, Maria José Silva Rodrigues Pires (2011). Economia Solidária, num País Pequeno, Insular e Arquipelágico: Caso de Cabo Verde, UNICV.

¹⁴ INE – CV, Praia, 2010.

Nesse sentido, o Governo de Cabo Verde (GCV) encomendou a elaboração do Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza que insere-se num conjunto de compromissos assumidos pelo GCV, a nível internacional, no domínio das políticas macro-económicas, visando a criação das condições para um crescimento económico sustentado, integrando a redução da pobreza na própria estratégia de desenvolvimento.

A implementação desta estratégia terá importantes implicações na Educação, na medida em que este sector é uma das áreas prioritárias, quer ao nível da configuração das políticas, quer ao nível da mobilização de recursos internos e externos¹⁵.

¹⁵ Texto extraído in Dissertação de Mestrado Barbosa, Maria José Silva Rodrigues Pires (2011). Economia Solidária, num País Pequeno, Insular e Arquipelágico: Caso de Cabo Verde, UNICV.

CAPITULO IV: MICRO-CRÉDITO EM CABO VERDE

4.1. Historial

Cabo Verde reconhece a importância do micro-crédito na redução da pobreza e geração do emprego. Nos últimos dez anos, o sistema de micro-crédito ganhou uma dinâmica considerável, contribuindo de forma significativa para o processo de inclusão económica e social das camadas mais desfavorecidas, concedendo créditos aos micros empreendedores, pessoas que necessitam de empréstimo para desenvolver o seu próprio negócio e que não têm acesso ao banco comercial, mulheres consideradas chefes de família, jovens à procura do primeiro emprego. O sistema de micro crédito tem sido liderado pelas ONGs internacionais e nacionais, por outras instituições governamentais e pelas instituições de micro finanças – IFM.

As primeiras experiências de micro-crédito foram nos meados de 90, eram um pouco confusas, pois havia falta de coordenação entre vários intervenientes, uma vez que cada um praticava as suas próprias condições de financiamento. Também essas experiências que enquadravam principalmente dentro de programas de promoção da mulher no desenvolvimento rural. Os fundos dessas iniciativas provinham essencialmente da cooperação internacional, eram fundos perdidos e muitas vezes os procedimentos eram impostos pelos financiadores. (SOARES, 2003).

Estes, por sua vez, podem financiar fundos às ONGs e directamente aos micros empreendedores, tudo com o intuito de combater à pobreza, cujo slogan “Djunta mon.”¹⁶

O sistema de microcrédito em Cabo Verde tem as suas raízes nas formas tradicionais de solidariedade social e é tão antigo quanto a própria história do País Independente, estando ligado ao Associativismo Cooperativo.

As associações cooperativas tiveram por objectivos, incentivar e sensibilizar as comunidades a organizarem-se e a participarem no processo de desenvolvimento do país. Estas cooperativas foram apoiadas pelo organismo estatal, INC (Instituto Nacional de Apoio às Cooperativas), e, posteriormente, pelo ICS (Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade) e por organizações internacionais como o FMI, Banco Mundial.

¹⁶ Djunta mon: Trabalhar de mãos dadas ou entreajuda.

Com a instalação do regime democrático a partir de 1990, o movimento associativo ganhou maior força tornando-se independente das tutelas do Estado, assumindo uma posição de relevo na construção da sociedade civil cabo-verdiana.

Essas organizações foram acarinhadas no quadro da nova filosofia de gestão das FAIMO e constituem, hoje, parceiros úteis para o desenvolvimento local, em áreas como o desenvolvimento comunitário; poupança e micro-crédito, actividades geradoras de rendimento com incidências positivas na luta contra a pobreza; promoção da mulher; planeamento familiar; apoio aos deficientes; ambiente; informação, educação, comunicação e na defesa dos direitos humanos.

Falar de Micro-crédito em Cabo Verde exige pois, algumas considerações sobre o conceito de microempresa por estarem directamente relacionados. Micro-empresa compreende as pequenas unidades económicas individuais e familiares, comunitárias ou cooperativas, cuja actividade pode ser permanente, sazonal ou combinada com outras ocupações, essas pequenas unidades podem ou não pertencer ao sector informal e conduzem a actividades geradoras de emprego e de rendimento. Operam nos domínios de produção de bens e serviços mas podem desenvolver actividades puramente comerciais (compra e venda de bens produzidos).

Para uma melhor compreensão do sector das micro-finanças em Cabo Verde, procuramos fazer o seu enquadramento legal no sistema de micro-finanças em Cabo Verde e apresentar algumas definições dos principais conceitos que se relacionam com esta temática como: micro-crédito; micro-empresendimentos; crédito solidário; créditos individuais e rendimento. O Enquadramento Legal do Sistema de Micro-Finanças em Cabo Verde, aprovado na Assembleia Nacional em 09 de Julho de 2007, sob a proposta de Lei VII/2007, no artigo 2º, considera-se micro-finanças “actividade exercida pelas entidades autorizadas, sem o estatuto de instituições de crédito ou para bancárias, e que praticam, habitualmente, operações de crédito e/ou de recolha de poupança dos seus membros e ofereçam serviços financeiros específicos a favor das populações que operam essencialmente à margem do circuito bancário tradicional”. No artigo 3º, nº1, diz que “podem desenvolver actividade de micro-finanças as cooperativas, as organizações não-governamentais, as associações ou fundações de interesse social, legalmente constituídas e devidamente autorizadas”. Ainda, no nº2 do artigo 3º diz que “para efeitos do n.º 1, podem desenvolver igualmente as actividades de micro -finanças todas as instituições que concedem créditos, captam poupanças, praticam o mutualismo e/ou outras prestações de natureza social a terceiros sem exercer a actividade de recolha de depósitos do público em geral. As mutualidades de saúde são também consideradas

Instituições de Micro-finanças”. O nº 3 do artigo 3º diz ainda que “as mutualidades de saúde são também consideradas Instituições de micro-finanças” e o número 4, diz que “o número anterior entende-se sem prejuízo dos bancos comerciais ou outras instituições financeiras poderem exercer também actividades de Micro-Finanças, no quadro da legislação que lhes é aplicável”. (Enquadramento do Sistema de micro-finanças de Cabo Verde, 2007: Art. 2º e 3º)

Micro-finanças vai para além da luta contra a pobreza. É a promoção do capital social, e do desenvolvimento do país. O Governo Cabo-verdiano considera microfinanças toda a actividade exercida pelas entidades autorizadas, sem estatuto de instituições de crédito ou para bancárias e que praticam habitualmente operações de crédito e/ou de recolha de poupança dos seus membros e ofereçam serviços financeiros específicos a favor das populações que operam essencialmente à margem do circuito bancário tradicional.

Podem desenvolver a actividade de micro-finanças, as cooperativas as organizações não-governamentais e as associações ou fundações de interesse social, legalmente constituídas e devidamente autorizadas.

Em 1999 algumas instituições como MORABI, OMCV, CITY HABITAT, ASDIS e CÁRITAS assinaram o protocolo de fundação do Comité de Pilotagem. Anos depois, com a saída das CÁRITAS e CITY HABITAT entraram para o Comité o FAMI-PICOS em 2000 e a ADIRV em 2001.

Com o apoio de algumas organizações estrangeiras como a Agriculture Cooperative Development International /Volunteers Overseas Cooperative Assistance (ACDI/VOCA) as instituições membro do comité melhoraram o desenvolvimento das suas actividades e ganharam postura institucional.

A ACDI/VOCA vem apoiando as instituições de crédito a vários níveis, desde a definição e implementação do sistema de gestão de crédito, que tem sido um factor impulsionador para o melhoramento da actividade de concessão de crédito, garantindo o reembolso, passando pela formação do staff destas instituições, apoio no reforço da capacidade institucional, à assistência técnica.

Com a implementação de Promoção de Formação e Empréstimo de Micro-Empresários (PFEME) em 1997 pela ACDI/VOCA marca um ganho importante na história do desenvolvimento das instituições de micro-finanças em Cabo Verde.

O PFEME a ACDI introduziram novas metodologias, políticas e procedimentos de empréstimo o que mostrou que é possível conceder créditos a pessoas de baixo rendimento, com taxas de juros superiores ao do sistema financeiro convencional capaz de cobrir os custos que são superiores aos dos bancos convencionais.

Em Janeiro de 1999, esta instituição, iniciou uma nova experiência, com a mesma instituição (CECV), desta vez, um programa de Promoção de Técnicas de Micro – Irrigação (PTMI), com o objectivo de assistir os pequenos agricultores no financiamento da instalação da irrigação gota-a-gota.

O sucesso alcançado com a metodologia de empréstimos concebida pela ACDI para o PFEME, serviu como modelo primário e decisivo para o desenvolvimento das actividades das outras instituições, como a ASDIS, MORABI, OMCV, SOLDIFOGO, MAIENSE e AMUSA com assinaturas de acordos de recipientes para a prestação de assistência técnica a essas instituições a nível do micro-crédito.

Após as organizações terem aderido às metodologias da ACDI conseguiram aumentar e melhorar a sua carteira de crédito, aumentando as suas taxas de reembolso tornando possível o desenvolvimento dessas actividades de forma sustentável, com transparência e credibilidade.

Nos últimos anos, programas de micro-finanças semelhantes foram iniciados por outras organizações, incluindo: CÁRITAS, FAMI-PICOS e ADIRV. Em Março de 2004, estes provedores de micro-finanças, com a excepção das CÁRITAS e CECV, formaram uma associação, Federação das Associações Cabo-verdianas que operam na área de micro-finanças (FAM-F) para partilhar as melhores práticas e melhorar o ambiente de empréstimos de micro-finanças em Cabo Verde.

Algumas instituições como o FAMI-PICOS, a ADIRV incluindo a CÁRITAS iniciaram as suas actividades as semelhanças dos outros programas de micro-crédito.

Após ter sido feito uma retrospectiva à história do micro-crédito a nível nacional e internacional, é de extrema importância conhecer os conceitos ligados ao mesmo.

O apoio de organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial para Cabo Verde tem sido providencial. Em Abril de 2002, o Fundo aprovou um crédito de 11 milhões de dólares a Cabo Verde, destinados a promover políticas macro-económicas, estruturais e sociais de apoio ao crescimento económico e a redução da pobreza (FMI, 2002). Parte do financiamento destina-se à atribuição de micro-crédito e promoção do auto-emprego, numa estratégia deliberada de combate ao desemprego.

A partir dos anos 90, o sistema de micro-finanças vem sofrendo transformações diversas, vários são os estudos, seminários e encontros temáticos realizados para a discussão da problemática nacional do sector das Micro-empresas e das Caixas de Poupança e Crédito. Qualquer destes estudos indica que o sector informal necessita de um sistema de crédito, de forma a se desenvolver, legalizar e crescer.

4.2. Política do Governo para o Sector de Micro-Crédito

O Governo tem vindo a praticar políticas de incentivo as instituições de micro-crédito, mais concretamente, em parcerias com organizações internacionais que vêm apoiando o país. Temos como exemplo a parceria entre o Governo e o Millennium Challenge Account (MCA), parceria esta que vem apoiando o sistema micro-financeiro cabo-verdiano em vários projectos tais como: a implementação de uma central privada de risco de crédito – Credit Bureau¹⁷. E também outros projectos como a gestão de bacias hidrográficas e apoio a agricultura e a capacitação e acesso ao crédito.

O Governo tem feito parcerias com o objectivo de desenvolver o sector privado e ajudar a criar em Cabo Verde um ambiente propício ao desenvolvimento das Instituições de Micro-finanças (IMFs).

O MCA vem apoiando o desenvolvimento das instituições de micro-finanças e da Federação de Associações de Micro-finanças (FAM-F), e nesse âmbito do diagnóstico realizado às oito IMFs filiadas a FAM-F, cinco IMFs já têm planos de acção para o desenvolvimento institucional aprovado. E cinco IMFs recebem desde Janeiro de 2009 assistência técnica directa nas áreas de contabilidade, controlo interno, gestão de portfólio (concessão de crédito e cobrança), plano de negócio, sistema de informação de gestão, marketing e serviço ao cliente e governação. Oito IMFs têm recebido acções de formações contínuas para agentes de crédito, contabilidade, gestores, e posteriormente, receberão para comités de crédito que se encontra em curso a assistência técnica à FAM-F.¹⁸

Também é importante salientar que o Governo vem praticando políticas de apoio as ONG com o objectivo de melhorar as condições de vida das famílias, é o caso do projecto de Promoção Sócio – Económica de Grupos Desfavorecidos, onde o Governo disponibilizou cerca 75 mil contos às ONG que beneficiou mais de 3000 famílias, com estas iniciativas pretende-se reforçar a capacidade das ONG, principalmente, as que trabalham com poupanças e créditos, e que actuam nas zonas rurais, contribuindo assim, para que os vulneráveis, na sua maioria mulheres chefes de famílias, tenham acesso a meios financeiros necessários para desenvolvimento das suas actividades económicas.¹⁹

Um dos pontos fortes da política do Governo nesse sector, passa pela criação de um Banco Financeiro ou uma Instituição Financeira, no primeiro semestre deste ano, que pelas suas

¹⁷ Millenium Challenge Account Cabo Verde – Boletim Informativo - Janeiro de 2010

¹⁸ Boletim de MCA-CV Janeiro 2010

¹⁹ Intervenção do Senhor Ministro do Trabalho Família e Solidariedade no acto de abertura do Atelier de socialização e consensualização da Proposta de Lei para a regulamentação do sector das Micro-finanças em Cabo Verde

características dará um contributo decisivo para a estruturação da economia de Cabo Verde, com enfoque nas problemáticas do desenvolvimento social. Segundo a Ministra das Finanças Cristina Duarte, trata-se de um novo Banco que pretende actuar na economia nacional e junto da diáspora, em torno de uma abordagem inovadora ao mercado bancário cabo-verdiano e conta com a parceria do Banco Português de Gestão.²⁰

Segundo o Ministério das Finanças este novo Banco irá actuar no combate à exclusão financeira dos segmentos da população de menor rendimento e das micro e pequenas empresas.

Segundo a nota do Ministério das Finanças, esta instituição financeira terá, igualmente, um foco estratégico no universo das instituições da economia social ou terceiro sector, reforçar o potencial de crescimento do mercado bancário, sublinhando que a mesma irá apoiar com crédito e serviços financeiros técnicos as actividades empresariais dotadas de projectos que contribuam para o crescimento económico sustentado, nomeadamente os que envolvam investimentos ou parcerias internacionais.

Com a criação deste novo Banco procura-se reforçar o sistema bancário cabo-verdiano com uma melhor resposta para actividades como as micro-finanças, o crédito ao arranque das actividades de capital semente, o capital de risco, o fundo de maneio de instituições da economia social ou mesmo o fomento à habitação social.

Segundo PANAPRES, numa primeira fase, o novo Banco vai ter um capital social de 300 mil contos cabo-verdiano (dois milhões 700 mil euros), sendo 10% será do Banco Português de Gestão²¹.

Já vimos à história do micro-crédito em Cabo Verde a sua classificação, o enquadramento legal e as políticas públicas, então agora no próximo capítulo, iremos estudar o impacto do micro-crédito na promoção da mulher cabo-verdiana.

4.3. Papel do Estado no Desenvolvimento das Actividades de Micro-Crédito em Cabo Verde.

Os sistemas financeiros viveram profundas transformações nas últimas duas décadas. O aparecimento de novos e variados tipos de instituições financeiras, a introdução de novos produtos financeiros, a utilização de novas tecnologias, a informatização dos serviços, tudo isso criou uma nova dinâmica no programa de financiamento das empresas, em particular das pequenas empresas, para as quais foram concebidos mecanismos de apoios directo (subsídios

²⁰ [Http://www.governo.cv/index.php?Option=com_content&task=view&id=1249](http://www.governo.cv/index.php?Option=com_content&task=view&id=1249)

²¹ PANAPRES, Praia – 22/01/2009

do Estado, linhas de crédito e micro-crédito) e indirecto²². Outrossim, o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP) vem sendo executado desde 2000, integrado no Plano Nacional de Desenvolvimento, com uma rica experiência acumulada no domínio da execução de projectos nas comunidades locais e donde se podem colher ensinamentos, tendo em vista a implementação da presente estratégia: a integração dos pobres na economia; a melhoria do acesso dos pobres; a mobilização social e o esforço da capacidade institucional, embora agora com outra dimensão e âmbito; a redução da taxa da pobreza; erradicação da pobreza absoluta; melhoria da capacidade produtiva dos pobres e também a melhoria das infra-estruturas económicas e sociais das comunidades pobres²³.

A missão da PNLPR consiste em aumentar o capital social das pessoas pobres que vivem nas áreas de intervenção do Programa de Luta Contra a Pobreza Rural – PLPR, mobilizando, de uma forma efectiva as potencialidades das comunidades locais, seus líderes, parceiros da sociedade civil e da administração pública, para uma responsabilização partilhada sobre a utilização mais eficaz e racional dos recursos.

Esta missão é efectuada através de realização de actividades como:

- Promoção de acções de animação/sensibilização e formação, que suporte a execução de actividades geradoras de rendimento, em sectores com agricultura, pesca, pecuária, agro-indústria, artesanato;
- Melhoria do acesso a serviços básicos, nos domínios da água, educação, formação profissional, habitação social, entre outros;
- Mobilização da Sociedade Cabo-verdiana à volta dos objectivos e estratégias de luta contra a pobreza;
- Implicação dos beneficiários e dos parceiros (locais, nacionais e internacionais), na implementação de acções e projectos de luta contra a pobreza;
- Criação e reforço da parceria local;

²² Este tipo de apoio não é concedido directamente as empresas, mas sim através de intermediários financeiros, que combinam o financiamento do Estado com os seus produtos e serviços. Assim e por exemplo, na União Europeia, esse apoio é canalizado através do programa-quadro para a competitividade e a inovação (PCI) que coopera directamente com os intermediários financeiros, ou seja, as sociedades de garantia, os fundos de capital de risco e as entidades especializadas no financiamento mezzanine. Estes organismos devem demonstrar que assumem um risco adicional em comparação com as suas práticas habituais. Cf. http://ec.europa.eu/youreurope/business/access-to-finance/eu/index_pt.htm

²³ Texto extraído in Dissertação de Mestrado Barbosa, Maria José Silva Rodrigues Pires (2011). Economia Solidária, num País Pequeno, Insular e Arquipelágico: Caso de Cabo Verde, UNICV.

- Desenvolvimento de uma visão não assistencialista na luta contra a pobreza, priorizando acções e projectos que contribuam para a melhoria efectiva da capacidade produtiva dos pobres, particularmente, no seio das mulheres.²⁴

Existe evidência empírica que suporta a importância dos fundos governamentais na promoção de actividade económica, particularmente na fase inicial. Lerner (1999) e Zinga (2007), num estudo com amostra de 1435 pequenas empresas americanas, que participaram do programa Small Business Innovation Research (SBIR), observaram que os fundos governamentais tiveram um impacto positivo no sucesso das empresas, em termos de crescimento de vendas e geração de emprego.

Os subsídios de governo desempenham um papel importante no suporte das empresas cujo potencial de sucesso não é, necessariamente, visível a curto prazo mas que pode ter um impacto significativo no crescimento económico, pela introdução de inovações e geração de novos empregos.

No caso de Cabo Verde, o micro-crédito afigura-se como uma alavanca para o desenvolvimento económico graças à sua capacidade catalisadora para comprimir e/ou acelerar a acção de todos os factores do mercado financeiro, intervindo complementarmente, em áreas como a geração de emprego e rendimento, a aquisição de competências e o crescimento das organizações. De facto, tais objectivos estão presentes no horizonte das expectativas dos indivíduos, das organizações e das entidades governamentais.

Para a minimização dos problemas sociais, em especial, a redução da pobreza, tornou-se necessário em Cabo Verde a implementação de várias estratégias para colmatar tal situação, nomeadamente a emigração, o recurso ao trabalho nas FAIMO²⁵ (Frente de Alta Intensidade de Mão de Obra), o mercado informal, as remessas das famílias do exterior e a criação de associações de desenvolvimento comunitário.

Com a criação das associações comunitárias promoveram a criação de micro-créditos, dirigidos pelas organizações não-governamentais internacionais e nacionais “ONGs”, pelas Instituições de micro-finanças “IFMs” e outras, tendo em conta, o facto de a banca convencional cabo-verdiana não conceder micro-crédito ou, melhor dizendo, as instituições formais de crédito não se encontram preparadas nem interessadas em conceder financiamento e a assistir essa faixa da população.

²⁴ http://www.campo.com.cv/index.php?páginas=47&id_cod=87

²⁵ FAIMO: Solução de emprego adoptado pelo Governo de Cabo Verde logo após a Independência como forma de garantir a sobrevivência das pessoas que não dispunha de fontes de rendimento alternativo.

Assim, com a implementação dos serviços de micro-crédito, disponibilizando recursos financeiros, é possível demonstrar que muitos dos cabo-verdianos conseguiram abrir os seus negócios e trabalhar por conta própria, principalmente as mulheres chefes de família, os desempregados e jovens. Essa disponibilização de recursos financeiros é entendida como um dos vectores integrantes das estratégias de promoção do crescimento e redução da pobreza e um instrumento privilegiado de reforço da capacitação dos pobres, de forma a serem os próprios motores das mudanças positivas para a saída da pobreza.

Com a entrada em vigor da lei de micro-finanças, em Cabo Verde, Lei nº 15/VII/2007, está sendo possível implementar um programa de micro-crédito com maior transparência e capacidade de monitorar a situação financeira das instituições de micro-finanças, nomeadamente as que beneficiam do apoio do Estado, coordenar e orientar de perto os micros empresários que beneficiaram e beneficiam de créditos através dessas instituições.

4.4. Legislação de Micro-Crédito em Cabo Verde

Actualmente, o tema “micro-crédito” não só é analisado pelas ONGs como pelo próprio Governo cabo-verdiano para criar e adoptar o sistema de regulamentação, através do órgão regulador – BCV – Banco de Cabo Verde, que tem por uma das missões a regulamentação do sector financeiro.

A falta de enquadramento jurídico, apontado há muito como um dos maiores constrangimentos foi objecto de profundos debates em Cabo Verde, tanto que, na altura, o Banco de Cabo Verde, elaborou vários projectos de diplomas mas sem sucesso, pois não houve consenso das instituições intervenientes no sector.

A mensagem da necessidade urgente de legislar nesta matéria que, aliás, já tinha sido transmitida por todos os sectores da sociedade, teve eco com a aprovação da legislação pela Assembleia Nacional que aprovou por unanimidade, a Lei 15/VII/2007 de 10 de Setembro. Com a publicação dessa Lei, foram criadas as condições mínimas para o normal funcionamento dessas instituições em Cabo Verde, desde a definição e condições das actividades, dos sujeitos abrangidos, serviços conexos permitidos, e níveis de controlo das instituições de micro finanças.

4.5. Micro-Crédito na Promoção Feminina em Cabo Verde.

O mercado cabo-verdiano é fortemente possuído pelo comércio informal que é levado adiante na sua maioria por mulheres. Mas também, não só nesse sector brilham as mulheres cabo-verdianas como também nos mais altos encargos políticos/sociais.

Isto mostra que as mulheres cabo-verdianas já não se intimidam perante os homens e ganham espaço e voz na sociedade.

Isto é, graças a independência económica que as mulheres vêm ganhando cada dia “a cada batalha” nesta tarefa de ser mãe, pai, e chefe de família. Embora a mulher cabo-verdiana já tenha conquistado muito espaço, ainda continua a sofrer as consequências de uma sociedade machista por vezes, egoísta que ainda escusa a ver o real valor das nossas mulheres e em muitos casos age de forma violenta. Daí que as mulheres precisam de um porto seguro, de uma “bengala” forte para que elas possam viver livres da dependência masculina e poderem se auto sustentar junto a família.

É aqui que o micro-crédito tem um papel importante principalmente para as mulheres de fraco poder económico, dando-lhes a independência financeira, ajudando a promover os seus próprios negócios e a sua família podendo os contemplar uma boa educação e saúde.

Segundo a Ministra da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, Sara Lopes, o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza foi lançado em 2003, para reduzir a pobreza e exclusão social e no que concerne as mulheres, as estratégias colocadas em prática nos últimos anos, procuraram diminuir ou, se possível, erradicar a situação de precariedade que muitas delas se encontram, os programas procuram de modo mais imediato, garantir às mulheres que não têm nenhum tipo de rendimento ou que se dedicam a actividade de baixa remuneração o acesso às actividades geradoras de rendimento, de capacitação profissional e ao micro-crédito²⁶.

Apesar de tudo que já foi feito, ainda falta muito para ser feito, como prova disso temos a taxa de desemprego a afectar mais as mulheres, a violência doméstica entre outros. É necessário ainda chegar mais perto das mulheres, dar-lhes mais poder para que possam denunciar os casos de violência doméstica, fazer com que elas sintam mais conforto na promoção dos seus negócios e na valorização das suas ideias com políticas de acessibilidade ao crédito e taxas de juros mais baixas.

Segundo a PNIGE (2005-2009) as mulheres têm menos emprego, constituem menor número de mão-de-obra assalariada, seguimento populacional mais pobre e ganha menos que os homens.

Então, é necessário montar estruturas de orientação e inserção profissional das mulheres, fortalecer as capacidades organizativas das mulheres, melhorar as condições de emprego e mecanismo de inserção profissional das mulheres etc.

²⁶ <http://www.embcv.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=302> – consultado em 05 de Maio de 2010

Para concluir é necessário favorecer o empoderamento da mulher como estratégia da promoção feminina, do combate a pobreza e do desenvolvimento sustentado.

Após o estudo apresentado vai-se acompanhar de perto um caso prático de implementação do micro-crédito, onde irá focalizar-se em casos de sucesso de OMCV na promoção do desenvolvimento sócio-económico.

CAPÍTULO V: PERSPECTIVA PRÁTICA: ESTUDO DE CASO OMCV

5.1. Caracterização do Objecto de Estudo

5.1.1. Breve historial da instituição (OMCV)

A OMCV foi criada em 27 de Março 1981 com estatuto de ONG, sem fins lucrativos e actualmente conta com 10 mil membros, organizados em delegações locais. Tem como principal objectivo a promoção da mulher, intervindo em todos os aspectos sociais que contribuam para desenvolvimento e emancipação da mesma. Assim intervêm no domínio da saúde, educação, formação, desenvolvimento comunitário e na promoção de actividades geradoras de rendimento. OMCV tem a sede na Cidade da Praia e uma Delegação em cada concelho do país, com estruturas próprias. Possui Centros de Promoção Feminina em 16 Municípios do país e um lar de idosos em S. Filipe-Fogo.

Programa de micro-crédito da OMCV

O programa micro-crédito da OMCV é um departamento criado da estrutura organizacional da OMCV como forma de complementar os objectivos da instituição que é a promoção sócio-económica da mulher cabo-verdiana. Surgiu como resposta a constatação de que as mulheres atendidas não têm acesso aos serviços financeiros ou financiamento por parte dos bancos para desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento como forma de sair do ciclo de pobreza.

Em 1999 foi criada a célula micro-crédito da OMCV. Mas a partir de 2000 foi criado um sistema de micro-crédito regulamentado com procedimentos próprios, iniciando assim a concessão de empréstimos de forma organizada, com o apoio técnico e financeiro da ADF e suporte técnico da ACDI-VOCA.

Até então tem desenvolvido um programa de micro-crédito de curto prazo, baseada em princípios comerciais, orientado pelas regras do mercado para pequenos negócios, comércio, agricultura, artesanato, criação de animais, entre outras actividades geradoras de rendimentos.

Objectivos

- Compromisso social e o propósito de promover o desenvolvimento económico e social das pessoas com baixo rendimento;
- Apoiar o desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento;
- Fomentar o empreendedorismo e auto emprego;
- Facilitar o acesso ao crédito e outros serviços financeiros;

- Capacitar os beneficiários através de realização de acções de formações;
- Oferecer o serviço de acompanhamento e assistência técnica aos clientes.

Valores

- Credibilidade interna e externa;
- Solidariedade;
- Transparência.

Missão e Visão

- A OMCV tem como Visão o bem-estar social, económico e cultural da mulher, das famílias e da sociedade cabo-verdiana no geral, através da defesa e promoção dos direitos da mulher integrados numa perspectiva de género;
- Missão promoção sócio-económico da mulher cabo-verdiana e da sua família, facilitando o acesso aos serviços financeiros contribuindo assim para a redução da pobreza e exclusão sócio-económica.

Público-alvo

- Desempregadas que querem enveredar pelo auto emprego;
- Mulheres chefes de família com baixo rendimento;
- Pequenos empreendedores;
- População de baixo rendimento;
- Micro empreendedor;
- Jovens recém-formados com formação profissional.

Mercado

- Todos os concelhos de Santiago;
- Ilhas de Sto. Antão, S. Vicente, Fogo, Brava e Boavista.

Modalidades de Crédito

A OMCV concede créditos a duas modalidades:

- Créditos individuais – são créditos concedidos individualmente, com a garantia de um fiador que preencha os requisitos exigidos nesta instituição;
- Créditos a grupos solidários – são créditos concedidos a grupos de pessoas, (mínimo de 3 e máximo de 5 pessoas), onde cada elemento é fiador dos demais elementos de grupo.

Montantes e prazos

A OMCV concede crédito máximo no valor de 300.000\$00 (trezentos mil escudos), num período máximo de 18 meses, isso de acordo com o procedimento normal de crédito.

Actualmente o programa concede crédito em valores mais elevados no âmbito de alguns projectos financiados pelo MCA (millenium challenge accooount) e cooperação espanhola para actividades específicas como agricultura e empreendedorismo feminino destinado a financiamento de micro empresas.

Condições de acesso:

- Ter um negócio ou uma idéia de negócio;
- Documentos de identificação;
- Informações da actividade;
- Ter conhecimento da actividade;
- Um avalista;
- Taxas de juro flexível de 1.2% a 2.4% mensal;
- Comissão 3% a 5% mensal;
- Acompanhamento e assessoria dos agentes de crédito.

Parceiros:

ADF (African Developement Found); PCN (Persone Come Noi); MCA (Millennium Challenge Account); Cooperação Espanhola; ADA (Appui aux Developement Autonome); FAM-F (Federação das Associações Caboverdianas que operam na área de micro-finanças); PNLP (Programa Nacional de Luta Contra Pobreza); Projecto; Governo; Câmaras Municipais; ICIEG; IIEFP; ADEI; Outras ONG'S; Privados; Cooperação Internacional; Fundação Abanso etc.

A nível dos Concelhos:

Estatuto Cap. III, secção I, art. 11º pontos 3 e 4 estabelecem:

3. De acordo com as necessidades da Organização, a Comissão Directiva criará em cada concelho, estruturas organizativas, com quadro directivo, de pessoal, competência e método de funcionamento bem definidos;

4. Toda a estrutura criada nos termos do nº 3 será orientada, por uma coordenadora local e funcionará em concertação permanente com a Direcção Nacional.

Sendo assim, os órgãos sociais são eleitos por um período de 4 anos. (última revisão não foi publicada) e funcionam com base nos princípios democráticos. Pois torna necessário rever o

estatuto de forma a tornar mais operacional o funcionamento de certos órgãos sociais das Organizacionais.

5.1.2. Análise e interpretação do Crédito concedidos entre os anos 2009 a Setembro de 2012 pelo OMCV

Tabela nº 1:Total de micro crédito concedido entre ano de 2009 a Setembro de 2012

Ano	Nº Créditos		Montante		Carteira Total		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total de Empréstimos	Montante Total	
2009	164	876	19.455.000,00	67.027.300,00	1.040	86.482.300,00	28%
2010	107	661	11.910.140,00	54.440.000,00	768	66.350.140,00	20%
2011	132	946	12.463.000,00	78.914.926,00	1.078	91.377.926,00	29%
Set-12	105	781	12.573.005,00	57.715.200,00	886	70.288.205,00	23%

Fonte: OMCV

Quanto ao total de créditos concedidos entre o ano de 2009 a Setembro de 2012. De acordo com a tabela nº 1 podemos vislumbrar que no ano 2009 foi concebido num total de 1040 créditos, num montante de 86.482.300,00, em 2010 foi num total de 768 créditos num montante de 66.350.140,00, isto é diminuição devido a troca de direcção de acordo com informação do agente de crédito da instituição em estudo, em 2011 foi atribuídos 1.078 créditos num montante de 91.377.926,00 e em Setembro de 2012 foram concebidos 886 créditos num montante de 70.288.205,00. De acordo com os dados da tabela a grande parte dos empréstimos foram concebidos às mulheres e o maior número de crédito foi atribuído no ano 2011.

Relativamente à taxa de créditos concedidos entre 2009 a Setembro de 2012, de acordo com os dados da OMCV constatamos que do ano 2009 a 2010 houve a redução da taxa de créditos de 28% para 20%, em 2011 houve um aumento para 29 % e em 2012 a taxa de crédito concebido diminui de 29% para 23%. No entanto, pode - se constatar que em 2010 houve uma redução mais elevada da taxa de créditos concebido em relação aos outros porque a taxa de créditos concebidos em 2010 é de 20%.

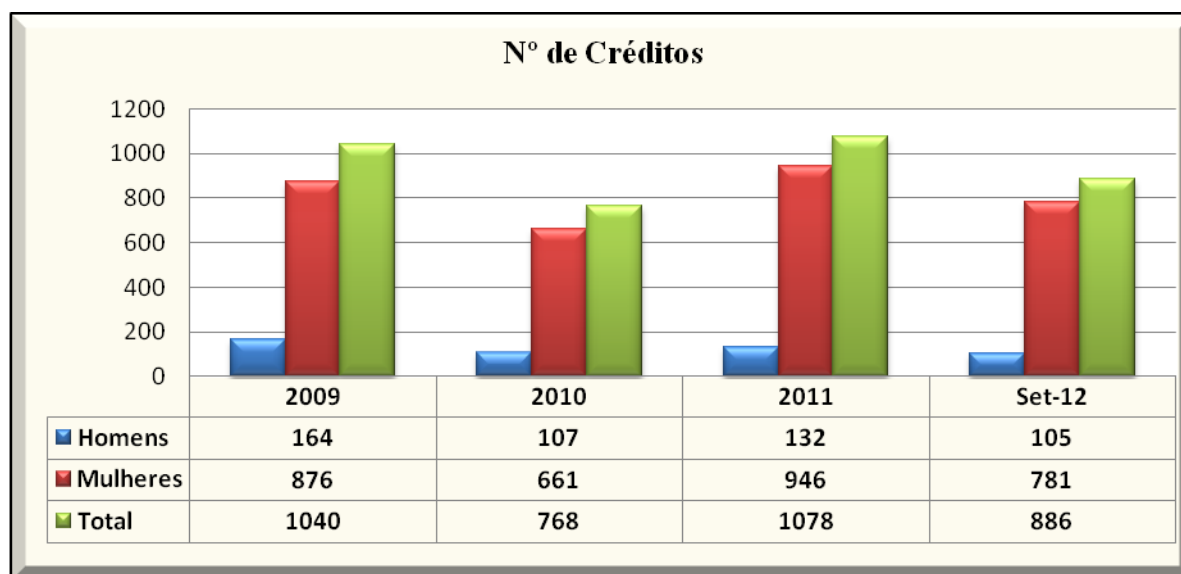


Gráfico nº 1: Número de crédito entre os homens e mulheres entre o ano de 2009 a Setembro de 2012

Fonte: Elaborado com base nos dados da OMCV

De acordo com o gráfico nº 1 constata -se que as mulheres tiveram maior acesso a crédito em relação aos homens devido as políticas adoptadas pela OMCV. No entanto, podemos revelar que este acesso fomenta o empreendedorismo feminino que contribuirá para a desigualdade social e desenvolvimento sustentável. No período de 2009 a Setembro 2012, num total de 3267 mulheres receberam créditos e apenas 508 homens.

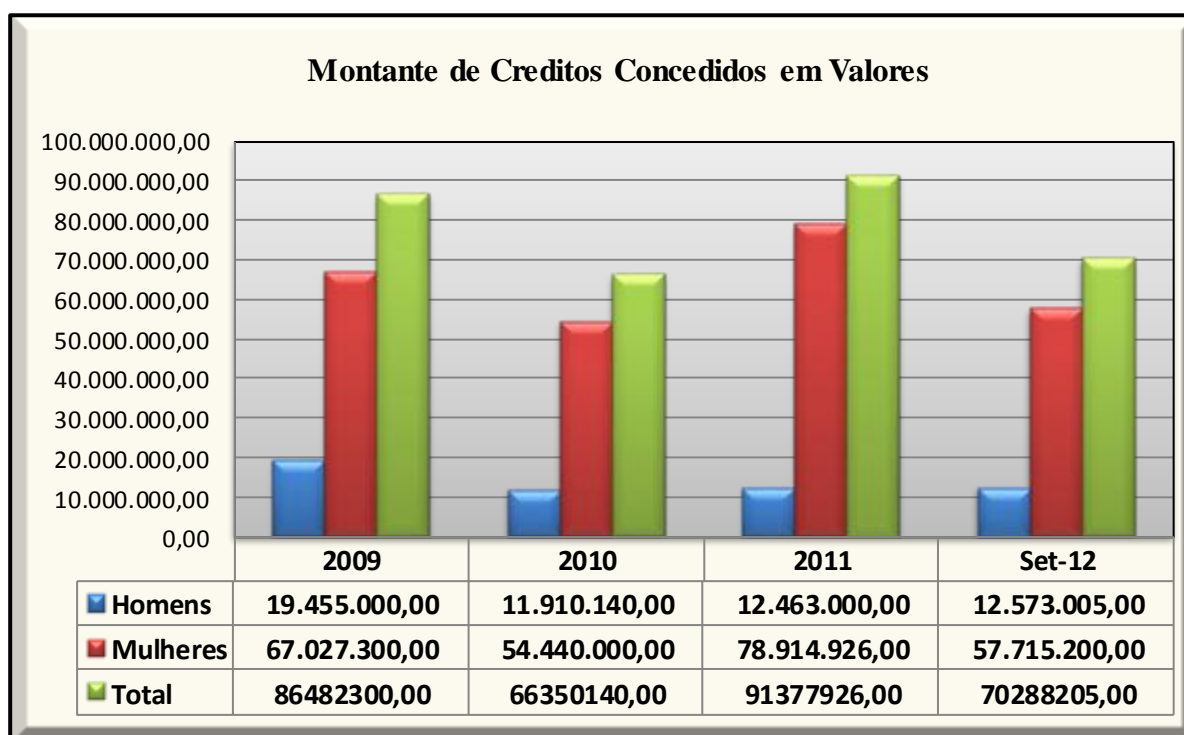


Gráfico nº 2: Montante de créditos concedidos em valores entre 2009 a Setembro de 2012

Fonte: Elaborado com base nos dados da OMCV

Relativamente ao montante de créditos concedidos entre o ano 2009 a Setembro de 2012, de acordo com os dados da OMCV constatamos que do ano 2009 a 2010 houve uma redução de um montante de 86482300,00 para 66350140,00 e de 2011 a Setembro 2012 houve a redução num montante de 91377926,00 para 70288202,00. No entanto, o valor mais elevado do montante de créditos concedidos em 2011 num total 91377926,00.

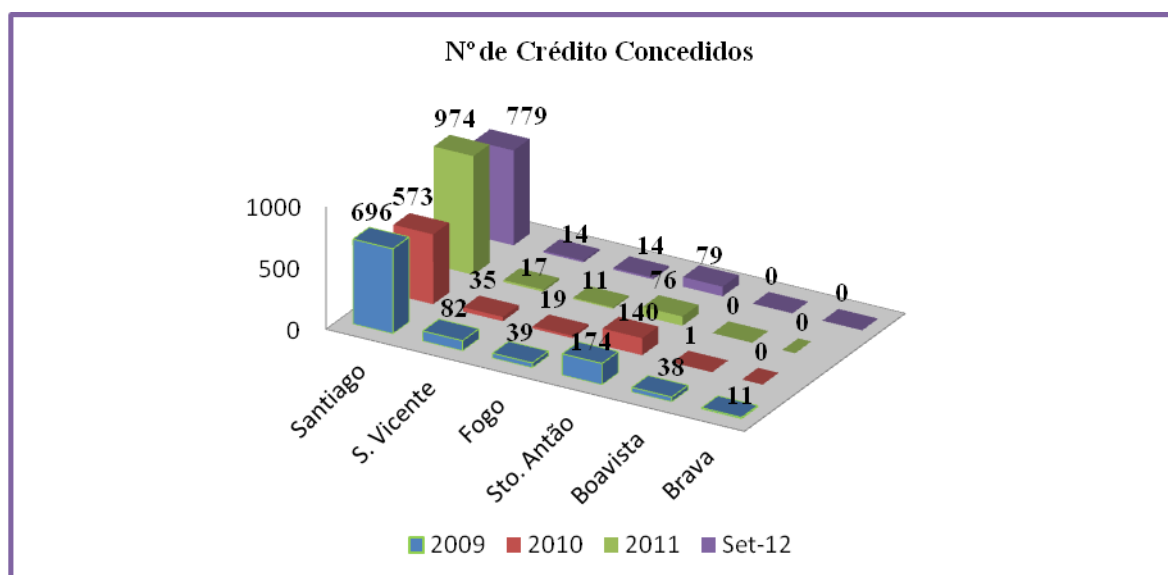


Gráfico nº 3: Número de créditos concedidos por ilha entre o ano 2009 a Setembro 2012

Fonte: Elaborado com base nos dados da OMCV

Quanto ao total de micro-crédito concedidos por ilhas (mencionada no gráfico nº3) entre o ano 2009 a Setembro 2012. De acordo com o gráfico nº 3 acima mencionado, constata-se que a grande parte de micro-crédito foi concebida na ilha de Santiago e o menor número foi concebido na ilha da Brava. Na ilha de Santiago foi atribuído 3022 créditos enquanto na ilha da Brava foi concebido apenas 11 créditos em 2011.

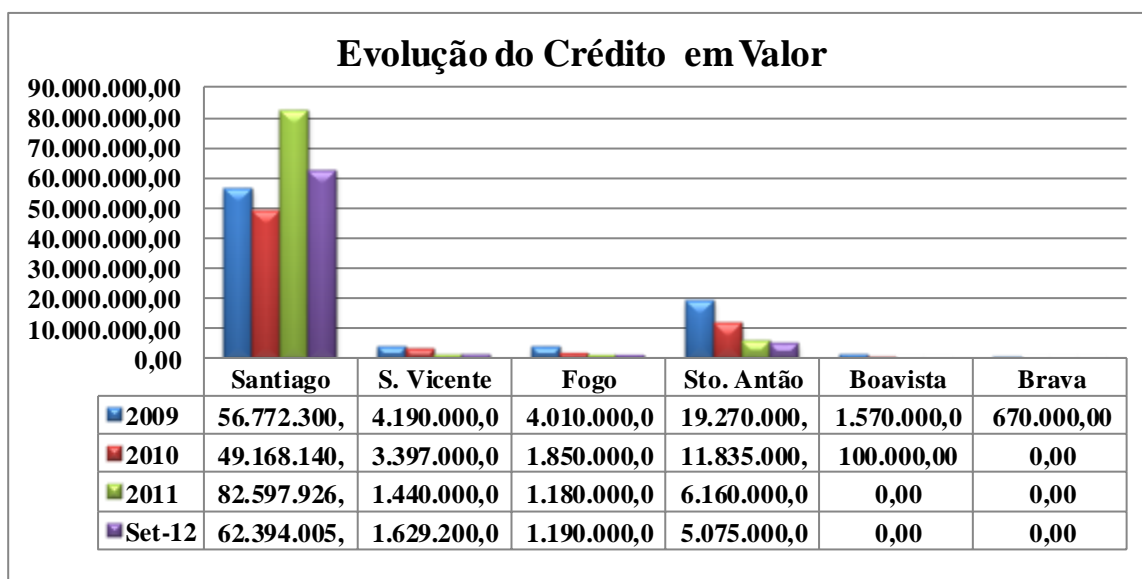


Gráfico nº 4: Evolução do crédito em valor por ilha entre 2009 a Setembro

Fonte: Elaborado com base nos dados da OMCV

O gráfico nº 4 apresenta os montantes respeitantes à evolução do crédito em valor por ilha entre 2009 a Setembro de 2012, expondo o valor respectivo de créditos concebidos por ilhas durante este período. No entanto, constatamos a maior evolução na ilha de Santiago e em relação as outras ilhas o menor acréscimo tem verificado na ilha da Brava.

5.1.3. Análise e comentário dos dados dos questionários aplicados aos sujeitos de pesquisa

Na elaboração do estudo procurou-se obedecer o princípio de encorajar os inquiridos, elaborando um questionário curto com perguntas claras, de respostas filtradas e fáceis de serem respondidas. Para recolha de dados, os inquéritos aplicados e a ser analisado no trabalho da memória monográfica é dirigido a números limitados de pessoas (amostra), possibilitando assim, a um estudo no seu todo.

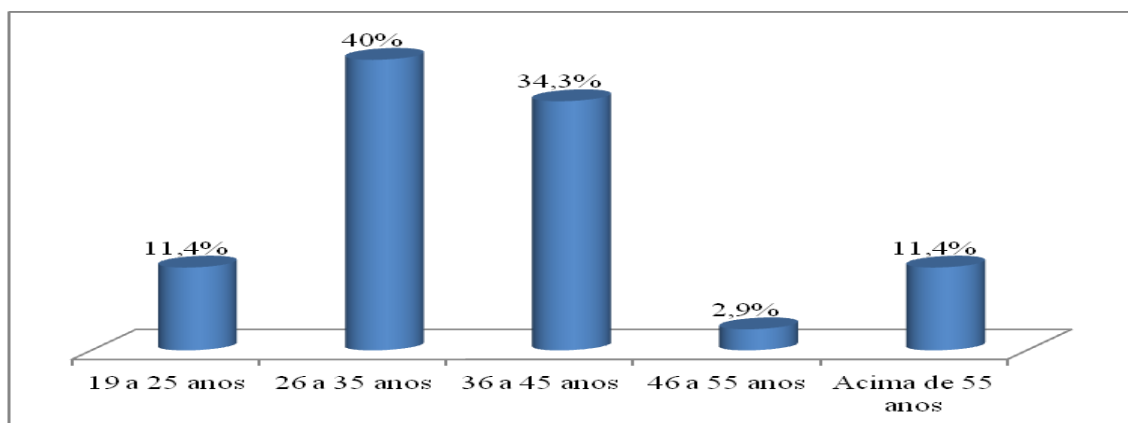


Gráfico nº 5: Distribuição dos inquiridos por faixa etária

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

O gráfico nº5 faz referência a distribuição dos inquiridos em podemos constatar que de 26 a 35 anos reúne maior número de indivíduos que corresponde cerca de (40%), seguida de 36 a 45 anos com (34,3%). Dos 35 inquiridos, 74,3% encontra-se na faixa etária de 26 a 45 anos de idade. Então podemos constatar que, essa faixa etária é uma faixa que apresenta uma forte responsabilidade com a casa, filhos, etc. Uma análise profunda do gráfico mostra-nos que, a partir de 55 anos, o número de indivíduos que recorrem ao micro-crédito se reduz. Com isso lembra-nos o modelo teórico do Evans Leighton²⁷, que à medida que aumenta a idade de um indivíduo, diminui a sua necessidade de recorrer ao financiamento externo.

Do estudo feito, a tabela abaixo mostra-nos clara a composição por sexo dos destinatários do micro-crédito.

Tabela nº 2: Sexo dos Inquiridos

Sexo	Quantidade	%
Masculino	5	14,3%
Femenino	30	85,7%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

Do total dos inquiridos podemos constatar que 30 pessoas são do sexo feminino o que equivale 85,7% do universo em estudo e 5 pessoas do sexo masculino, o que equivale 14,3%. Com isso podemos ver que há forte demanda do micro-crédito por parte da mulher, sendo no interior de Santiago, a maior parte das mulheres são chefe de família. Também segundo a estatística, a mulher apresenta a maior taxa de desemprego. Por isso, tomam o micro-crédito como uma alternativa de sobrevivência e de gerar riquezas.

Este facto está em concordância com o modelo que, *segundo Yunus*, (2002) as mulheres têm maior preocupação com as suas obrigações de empréstimos para com a instituição, o que implica numa alta taxa de influência em relação ao homem, preocupa com o bem estar da sua família, privilegiando assistência à saúde e educação para os filhos.

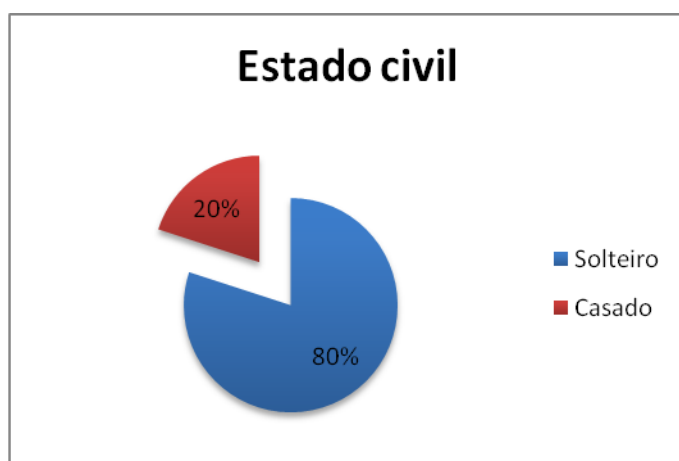
²⁷ O Inventor Evans Leighton

Tabela nº 3: Proporção dos inquiridos segundo o grau de escolaridade

Nível de Escolaridade	Quantidade	%
Primário	18	51,4%
Secundário	12	34,2%
Técnico Profissinal	1	2,9%
Superior	1	2,9%
Outro	1	2,9%
Nenhum	2	5,7%
Total	35	100%

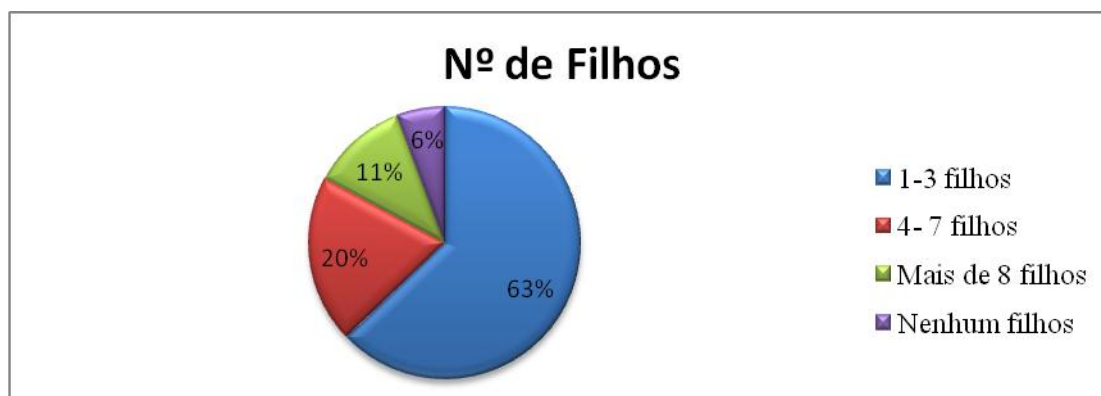
Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

A tabela nº 3 mostra-nos a distribuição do grau de escolaridade dos inquiridos. Ficou claro que a participação dos inquiridos no ensino primário foi elevado, ou seja, os inquiridos não frequentaram o ensino secundário. Portanto dos inquiridos, 94,3% frequentaram a escola e 5,7% responderam que nunca frequentaram a escola. Dos que frequentaram a escola só 34,2% concluiu o ensino primário. Isto mostra que o programa está concentrando o seu campo de actuação na direcção do público-alvo com um nível académico considerado mais baixo.

**Gráfico nº 6:** Estado civil dos inquiridos

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

A análise revela que 28 pessoas são solteiras o que equivale a 80% dos inquiridos, 7 casados (as), equivalentes a 20%. A presença das solteiras como beneficiárias do micro-crédito, mostra que elas são as mais necessitadas, porque têm uma grande dificuldade em ter um emprego, têm pouco apoio do companheiro, por isso, recorrem ao micro-crédito como um meio de sobrevivência. Este grupo é composto maioritariamente por solteiros.

**Gráfico n° 7:** Números de filhos**Fonte:** Elaboração própria com base no questionário.

Do universo de 35 inquiridos constatamos que nem todos têm filhos. No gráfico n°7 acima mostra os números de filhos por intervalo. De acordo com os dados inquiridos, 22 têm de 1 a 3 filhos o que corresponde 62,9%, 7 têm de 4 a 7 filhos que equivalem a 20%, 4 têm mais de 8 filhos que equivale a 11,4% e por último 2 que não têm nenhum filhos que equivale 5,7%. Isso leva-nos a dizer que a maior parte dos inquiridos ou seja 62,9% apresenta o número de filhos num intervalo de 1 a 3. Com esses números, como vimos no gráfico número 6, a maioria das inquiridas solteiras recebem pouco apoio dos companheiros, vão procurar um meio para obter um rendimento na família.

Tabela n°4: Proporção dos inquiridos segundo concelho de origem

Concelho de Origem	Quantidade	%
Praia	13	37,1%
S. Miguel	1	2,9%
S ^{ta} Catarina	3	8,6%
Tarrafal	1	2,9%
Outro	17	48,5%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

Observando os dados da tabela n° 4, apurados através da aplicação do questionário a 35 beneficiários, constatamos que (48,60%) dos beneficiários encontram –se dividido por vários concelhos não especificados na tabela, entretanto podemos verificar que (37,10%) fazem parte do Conselho da Praia, que representa o município com maior beneficiários, sendo que os concelhos com menor número de beneficiários são, o Conselhos de São Miguel e Tarrafal representando (2,90%) respetivamente.

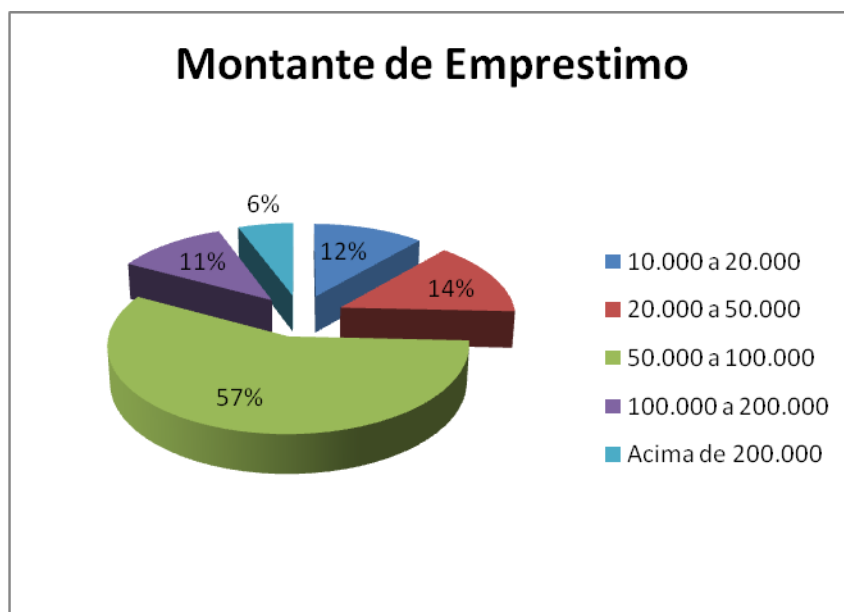


Gráfico nº 8: Montante de Empréstimo

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

Relativamente aos dados da investigação o gráfico nº 8 em cima, espelha o montante dos créditos atribuídos aos beneficiários, que foram aplicados na criação dos seus negócios próprios, ou na geração do auto emprego, verifica-se que a maior percentagem dos inquiridos mostra que (57%) receberam entre 50 mil a 100 mil escudos, e de 20 mil a 50 mil escudos que corresponde a (14%), seguido do montante de 10 mil a 20 mil escudos e 100 mil a 200 mil que corresponde (12% e 11% respetivamente) e apenas (6%) corresponde ao montante superior a de 200 mil escudos. Perante este montante concedidos aos beneficiários, 71,4% dos beneficiados responderam que o montante foi suficiente, e apenas 28,6% dos beneficiados responderam que não. Isto é muito uma vez que contribui para o fomento do empreendedorismo. No entanto dos beneficiários que responderam que o montante não foi suficiente, 30% justificaram devido ao medo de fazer empréstimo e não cumprir o prazo de pagamento, 20% justifica-se pelo facto de indisponibilidade da instituição, e o restante 50% por outros motivos.

Tabela nº5: Tipo de empreendimento criado por beneficiários

Tipo de Empreendimento	Quantidade	%
Comércio	15	42,9%
Negócios ambulantes	18	51,4%
Outro	2	5,7%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

A tabela nº5 revela o tipo de empreendimento desenvolvido pelos beneficiários do micro-crédito na OMCV. Verifica-se que de acordo com os resultados apurados 51,4% apostaram nos negócios ambulantes, 42,9% no comércio, e apenas 5,7% em outros ramos de actividades. Com atribuição do micro-crédito os beneficiários passaram a adquirir esses sectores de actividades, que contribuem para geração do auto-emprego. No entanto, esses empreendimentos são factores importantes para o desenvolvimento local, contribuindo assim para promoção de emprego, fornecimento de novos produtos e na dinamização das actividades económicas.

Tabela nº 6: Sustentabilidade do empreendimento

Empreendimento é sustentável	Quantidade	%
Sim	30	85,7%
Não	5	14,3%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

A tabela nº6 refere a sustentabilidade dos empreendimentos criados pelos beneficiados, onde 85,7% responderam que sim e 14,3% disseram que não. De acordo com este resultado pode constatar que no ponto de vista dos inquiridos a sustentabilidade é um factor importante para o desenvolvimento sócio-económico dos beneficiários, no sucesso do negócio. No entanto, os beneficiários justificaram que esse sector, ajuda no rendimento da família, facilita na criação de auto-emprego, outros resultados a alcançar com percentagem de 70%, 23% e 7% respetivamente.

Tabela nº 7: Contribuição na concessão de crédito

Contributo da concessão de Crédito	Quantidade	%
Melhorar as condições financeiras	21	60%
Ter mais Sustentabilidade nos Negócios	12	34,3%
Outro	2	5,7%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

Relativamente a resulta de investigação a tabela nº7 que desrespeita ao contributo de coeção do crédito para dos beneficiários. O estudo revela que 6 0% dos beneficiários obteve uma

melhoria das suas condições financeira, 34,3% responderam que obteve mais sustentabilidade no negócio, e 5,7% alcançaram outro resultado positivo.

Tabela nº 8: Razões da procura do micro-crédito

As razões da procura do Micro- Crédito	Quantidade	%
Desemprego	11	31,4%
Maiores Ganhos	9	25,7%
Fonte de rendimento	13	37,2%
Busca de autonomia	2	5,7%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

A tabela nº8 representa os motivos pelos quais os beneficiados, recorrem ao micro- crédito, em que o resultado revela que 31,4% dos inqueridos justificaram as suas razões pelo facto da falta do emprego, 25,7% pelo facto de obter mais ganhos e os restantes resultados 37,2% e 5,7% é devido à fonte de rendimento e busca de autonomia respectivamente. No entanto, do ponto de vista dos inquiridos pode-se constatar-se que à procura de acesso a micro-crédito e devido ao facto do desemprego e a busca de fonte de rendimento.

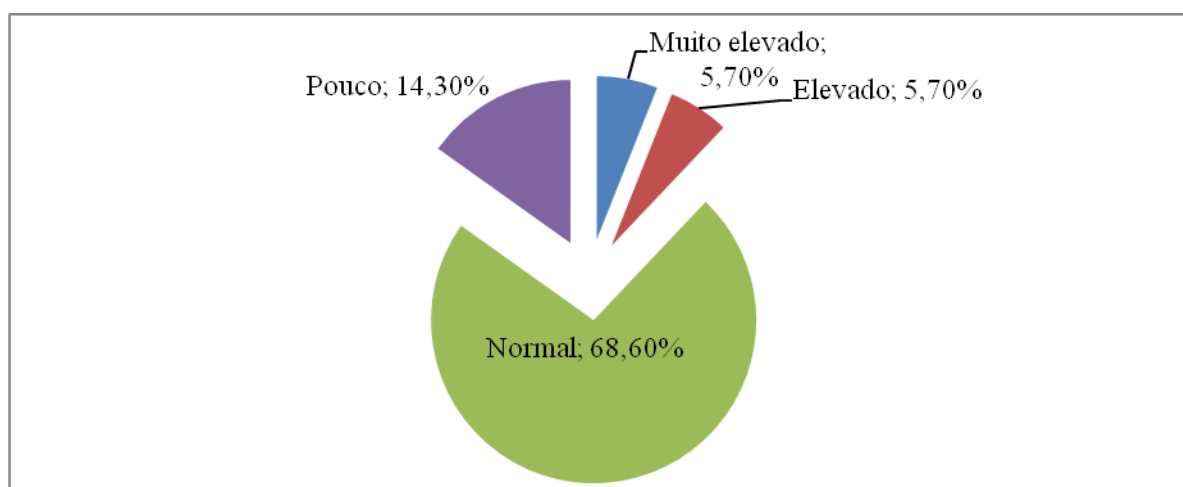


Gráfico n° 9: Grau de dificuldade na consecção do crédito

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

O Gráfico n°9 representa o grau de dificuldade no acesso ao micro-crédito, em que o resultado apurou que cerca de 68,6% diz que o acesso ao micro-crédito é normal, 14,3% tem pouco grau de dificuldade e um mesmo resultado de 5,7% para os inquiridos que disseram que o grau de dificuldade é elevado e muito elevado respectivamente.

Tabela nº 9: Impacto económico/financeiro no mercado

Impacto Económico/financeiro no Mercado	Quantidade	%
Muito elevado	2	5,7%
Elevado	2	5,7%
Normal	24	68,6%
Pouco	6	17,1%
Muito pouco	1	2,9%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

Tendo em conta a Tabela nº9 que representa os impactos económico/financeiro do empreendimento no mercado formal. O que ficou evidente nesta pesquisa é que segundo os inquiridos o impacto económico/financeiro de empreendimento no mercado financeiro é normal representando um de 68,6%, e os restante 5,7%, 17,1%, e 2,9% para categoria de muito elevado/elevada, pouco e muito pouco respetivamente.

Tabela nº 10: Quanto a natureza jurídica

Quanto a natureza jurídica	Quantidade	%
Associação	4	11,4%
Unipessoal	14	40%
Familiar	15	42,9%
Outro	2	5,7%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

Na tabela nº10 que apresenta a natureza jurídico o resultado da pesquisa revela que 42,9% representa, uma actividade de empreendedora familiar.40% pra o empreendimento unipessoal, e o restante 11,4% e 5,7% representam á um associação e outro empreendimento respetivamente.

Tabela nº 11: Objectivo do empreendimento dos beneficiarios

objectivo do empreendimento	Quantidade	%
Melhorar a situação económica	25	71,3%
Ter mais rentabilidade sócio-económico	8	22,9%
Gerir emprego	1	2,9%
Outro	1	2,9%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

A tabela nº11 refere o objectivo de empreendimento em que o resultado revela a melheoria da situação económica com 71,3%, ainda 22,9% dos inquiridos dizem que o objectivo de empreendimento possibilita ter mais reentabilidade sócio-económico, 2,9% dos inquiridos dizem que esse empreendimento vai gerir mais emprego e outro benefício.

Tabela nº 12: As actividades desenvolvidas dos beneficiarios

As actividades desenvolvidas	Quantidade	%
Criação de gado	3	8,6%
Pequeno negócio	26	74,3%
Produção agrícola	2	5,7%
Outro	4	11,4%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

Observando os dados da tabela nº12 pode se constatar que em relação ao ramo de actividade a criação de negócios foi a área mais solicitada com 74,3% dos beneficiários, na segunda posição os inquiridos priorizam outro sector de actividade com 11,4% os restantes 8,6% e 5,7% em que são menos vulneráveis na perspectiva dos inquiridos para o sector da criação de gado e produção agrícola, respectivamente. A escolha da área do pequeno negócio deve-se ao facto desta área ser mais ampla, oferecendo assim mais oportunidades de negócio, como por exemplo lojas de roupa, calçados, super-mercados, drogarias, bares entre tantas outras opções.

6. CONCLUSÕES

O tema desenvolvido nesta monografia consiste na discussão sobre o micro-crédito em Cabo Verde e sua contribuição no fomento de empreendedorismo, o que mostra que desde sempre o micro-crédito esteve virado para as camadas mais pobres e com o sucesso alcançado pelo Dr. Yunus em Bangladesh, pode-se afirmar que o micro-crédito se posiciona como um instrumento impulsionador no combate a redução da pobreza e principalmente a exclusão sócio-financeira e na promoção feminina.

Neste sentido, o estudo feito sobre as actividades do micro-crédito da OMCV, e do depoimento dos beneficiários do programa de micro-crédito da mesma organização pode-se dizer que o trabalho feito por esta tem contribuído muito para o desenvolvimento económico do país. Principalmente no que toca a questão feminina, pois são as que mais aderem ao sistema de micro-crédito, tendo em conta os dados fornecidos pela instituição em estudo, o desemprego das mulheres é maior que o dos homens. E com o trabalho que a OMCV vem desenvolvendo, muitas mulheres conseguiram a sua sustentabilidade financeira e o desenvolvimento dos seus negócios e das suas famílias.

De acordo com o resultado do estudo, pode ver-se que há um aumento tanto na procura como nos créditos concedidos. Isso mostra que há benefícios para ambas as partes o que mostra que através do programa de micro-crédito da OMCV que os beneficiários conseguiram gerar rendimentos, para continuarem a merecer a confiança por parte da OMCV, a ponto de lhes conceder crédito em montantes superiores, o que leva a concluir que o nível de vida dessas famílias melhoraram e por consequente em alguns casos geraram novos empregos. Com tudo isso, pode-se afirmar que o micro-crédito é uma boa alternativa ao combate a pobreza e a exclusão sócio-económica do país. Com o enquadramento da teoria e prática, pode-se constatar que o micro-crédito é fundamental para fortalecer a economia do país, pois, é alavanca ao desenvolvimento local e torna-se uma alternativa para combater o desemprego. A própria natureza da necessidade de sobrevivência empurra as pessoas em busca de novas alternativas geradoras de rendimento e dos meios de subsistência através da atitude empreendedora.

Em relação aos objectivos iniciais, com os resultados da investigação, constata-se que os indivíduos que aderem ao micro-crédito, são na sua maioria compostos por mulheres uma vez que, elas são mais vulneráveis e a maioria são chefes de família que não possuíam nenhuma fonte de rendimento, com idade compreendida entre 19 e 55 anos. Trata-se de indivíduos com baixo nível de escolaridade, visto que, actualmente a escolaridade mínima exigida a nível

profissional em Cabo Verde é o 12º ano, daí que o micro-crédito surgiu também como um importante alternativa de emprego e consequentemente uma fonte de rendimento. Elas investem no negócio com o objectivo de melhorar as condições de vida das famílias, principalmente no que diz respeito à saúde, educação, alimentação e independência.

Ainda concluí-se que a actividade micro-crédito empresarial, mais comum pertence ao sector do pequeno negócio, cerca de 74,3% das actividades desenvolvidas, na sua maioria pertencentes aos sectores informais, principalmente, compra e venda de produtos alimentares. Constata-se ainda que houve um aumento nos pequenos negócios o que fomentou o empreendedorismo.

No que tange aos benefícios sócio-económicos, constata-se que os beneficiários, melhoraram as suas condições de vida, proporcionando uma habitação condigna e com a educação dos filhos.

Conclui-se que o sistema de micro-crédito é um excelente instrumento para o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos, visto que, segundo o próprio conceito diz que se trata de um sistema financeiro que trabalha com a concessão de empréstimo a pequenos empreendedores sem acesso aos bancos tradicionais. Sendo um sistema que possui diversas modalidades de crédito o que lhe permite abranger várias camadas sócias assim o tornando num sistema financeiro flexível adaptável as necessidades dos beneficiários.

Relativamente as questões levantadas nesta pesquisa, obtiveram respostas positivas conforme as hipóteses colocadas. No entanto, pode-se dizer que as hipóteses foram confirmadas. O estudo evidenciou que os beneficiários possuem perfil empreendedor favorável, porque demonstraram ter características básicas para a cultura de uma actividade empreendedora. Em relação a terceira hipótese o estudo revelou que o micro-crédito é um factor importante para o desenvolvimento socio-económico do país, contribuindo assim para promoção de emprego, fornecimento de novos produtos e na dinamização das actividades económicas.

Com isso, a colecta de dados indicou que os empreendimentos financiados no sector de micro-crédito se transformaram em pequenos empreendimentos económicos e com impacto económico e social e no mercado formal.

Os membros e profissionais entrevistados, na sua maioria demonstraram um certo a vontade de trabalhar em conjunto com todas as instituições especializadas ou com sensibilidade no sector, assinalando ser importante que os envolvidos nesse campo cooperem entre si, ou seja, é preciso criar uma rede coesa, que funcione como alavanca do sector do micro-crédito, de forma a canalizar incentivos bem diferenciados, visando o acompanhamento a evolução dos

empreendimentos económicos e principalmente no que diz respeito a sustentabilidade económica e geração de emprego.

Após o estudo feito sobre as actividades do micro-crédito da OMCV, e do depoimento dos beneficiários do programa de micro-crédito da OMCV, pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido por esta ONG, tem contribuído muito para o desenvolvimento económico do país.

De acordo com os resultados da pesquisa, é notório o aumento tanto na procura como nos créditos concedidos, isto é, os beneficiários do programa de micro-crédito da OMCV conseguiram gerar rendimentos, dado a sustentabilidade e retorno dos créditos, os mesmos passaram a ter mais credibilidade, houve o aumento do montante de crédito, o que leva a concluir, o melhoramento no nível de vida dessas famílias e por conseguinte geração de novos empregos. Perante esse cenário, pode-se afirmar que o micro-crédito é uma alternativa no combate a pobreza e a exclusão sócio-económica.

Outra constatação, tem a ver com as experiências dos empreendimentos económicos. Os empreendimentos financiados no sector de micro-crédito enfrentam grandes desafios no acesso ao mercado formal. A competitividade do mercado formal sobrepõe as actividades económicas dos pequenos empreendedores, condicionando de certa forma, o desenvolvimento das práticas económicas alternativas no domínio dos empreendimentos financiados no sector de micro-crédito. As experiências desses empreendimentos têm evidenciado potencialidades de complementaridade do mercado de trabalho e sustentabilidade das referidas famílias, que na verdade, nem sempre foram reconhecidas.

Quanto ao impacto na economia, verifica-se que todos os inquiridos melhoraram as suas situações de vidas, a nível da alimentação, conforto, educação dos filhos, e obtenção de casa própria. Ainda no que diz respeito ao impacto no indivíduo pode-se afirmar que houve boas mudanças a nível pessoal o que apresenta grande peso na diminuição da exclusão social e também sentem-se mais satisfeitos e mais independentes.

Embora o Governo tem dado o seu contributo, entretanto este deveria trabalhar mais próximo das instituições de micro-crédito participando directamente nas políticas de concessão de micro-crédito, principalmente no que toca as questões das taxas de juros aplicadas ao reembolso dos empréstimos e aos custos de cada processo que são elevados, o que muitas vezes são entravés ao desenrolar dessa actividade. Considera-se de extrema importância a intervenção do Governo porque as ONG's possuem custos de funcionamento, e muitas vezes, têm que reembolsar os financiamentos concedidos pelos parceiros.

As políticas públicas de promoção no sector de micro-crédito devem ser compreendidas como uma estratégia de organização económica no mundo do trabalho.

De uma forma geral, as experiências no domínio do micro-crédito permitem afirmar que, em certos casos, os empreendimentos económicos provam a viabilidade de uma outra lógica social de produção e outros interesses da vida quotidiana dos trabalhadores, proporcionando-lhes novos e melhores sentidos na vida.

Em última análise, conclui-se que o micro-crédito tem sido uma experiência bastante positiva no domínio social pelos actores neles envolvidos.

O estudo mostra que o micro-crédito tem sido, em alguns casos, motor de transformação e que proporciona mudança consciente em relação ao trabalho, dando lugar à independência sócio-económica. Outrossim, promove o desenvolvimento da micro-economia, como pressuposto para distribuição de rendimento e da riqueza socialmente produzida.

A pesquisa evidencia o papel das organizações promotoras do micro-crédito em Cabo Verde, focalizando a OMCV, tem sido um outro grande impulsionador na criação de pequenos empreendedores, com ênfase no desenvolvimento sócio-económico dos grupos mais desfavorecidos, no apoio e na promoção do desenvolvimento comunitário e na educação.

Em termos da análise de dados coletados no âmbito desta pesquisa, verificou-se que, independentemente das formas jurídicas das diversas experiências dos empreendimentos económicos existentes em Cabo Verde, foram identificadas modalidades desenvolvidas no domínio do micro-crédito com vários segmentos de actividades económicas e com rendimentos significativos.

Os dados analisados permitem apontar para as potencialidades dos empreendimentos económicos, na criação de emprego, e sobretudo, no empoderamento das famílias envolvidas.

O Estado de Cabo Verde deve actuar através de políticas públicas de fomento do micro-crédito e ter em conta a importância das redes das ONG's nesse processo. Para tal, deve-se ser responsável pela promoção e desenvolvimento de micro-crédito em Cabo Verde, capacitar técnicos especialistas das ONG's do sector.

O entendimento em causa, parece uma via possível para se perceber a precariedade do mercado de trabalho e a urgência de reflexões sobre as políticas de emprego, visto que, a desigualdade urbana está aumentando com a permanente migração da população rural em busca de alternativas de trabalho e sustentabilidade.

Nesse sentido, destaca-se a OMCV como exemplo desse segmento de micro-crédito. De acordo com o depoimento do seu Presidente, “hoje o micro-crédito é uma saída fértil dos cabo-verdianos, uma vez que, a maioria da população não tem acesso ao crédito nas instituições bancárias. O micro-crédito constitui uma modalidade estratégica para o desenvolvimento económico, desde que abranja todo o Cabo Verde. Qualquer cabo-verdiano pode ser membro da OMCV, desde que cumpra as normas da mesma. A organização tem em carteira um projecto muito ambicioso que torna a OMCV num Banco Solidário”.

Constata-se ainda que houve um aumento dos pequenos negócios, o que empodera o empreendedorismo, no mercado em que ainda informal, compra e venda de produtos alimentares, panificação, criação de animais.

É de fizar que, no decorrer do trabalho de campo, surgiram, questões novas, que suscitaram cada vez mais o interesse de dar a continuidade e o aprofundamento da pesquisa.

Com tal sensação, o desvendar a contribuição do micro-crédito e a posição dos empreendimentos económicos financiados nesse sector, assim como os seus impactos, fazem parte de um plano pessoal de pesquisa no futuro próximo.

Ciente de que novos estudos surgirão para analisar o presente tema, a discussão encontra-se em aberto, dentro e fora dos meios académicos.

Por fim, a realização desse trabalho constitui um momento marcante de aprendizado científico, social e cultural no sector de micro-crédito, a pobreza e a exclusão social.

SUGESTÕES PARA AS FUTURAS INVESTIGAÇÕES

O potencial de investigação na área não se restringe com os resultados do presente estudo.

- O impacto do micro-crédito no desenvolvimento do empreendedorismo.
- Contribuição do micro- crédito no desenvolvimento sócio-económico.

BIBLIOGRAFIAS

ADAM, Smith. Riqueza das Nações. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, 4ª edição, ISBN 972-31-0610-8.

BARBOSA, Maria José S. Rodrigues Pires. Economia Solidária (2011), num País Pequeno, Insular e Arquipelágico: Caso de Cabo Verde, Dissertação de Mestrado, UNICV.

BARONE, Francisco Marcelo [et al]. — Introdução ao Micro-crédito. Concelho da comunidade solidária, 2002. 11P.

Boletim oficial lei nº 20 – I série, Lei nº 3/V/96 de 1 de Julho.

Boletim oficial nº 34 – I série, Lei nº 15/VII/2007, Setembro 2007

CARMO, S. & FERREIRA A. - Metodologia de Investigação: Guia de Aprendizagem, Lisboa, Universidade Aberta. (1998)

CAMINHAR – Boletim Informativo da Plataforma das ONG's — Nº13, Março/2005. [Consultado em 15 de Fevereiro 2010]. Disponível em: <http://africainformmarket.org/aim/AIM/published/DEFAULT/paginas/57301-portugues/12.pdf>.

CHIVENATO, Idalberto. Empreendedorismo Dando Asas ao Espírito Empreendedor, São Paulo, Editora Saraiva, 2007

COLEMAN, James S. Foundations of Social Theory, Cambridge, Harvard University Press, 1990.

CONSTANZI, Rogério N. Micro-crédito no âmbito das políticas de trabalho e renda, In Mercado de Trabalho – Conjuntura e análise, nº 19, IPEA/TEM, 2002, pp 21-25.

GIBBONS, David – “Manual de Formação para a Reprodução Internacional do Sistema Financeiro do Banco Grameen no Combate á pobreza rural”ed. Portuguesa. Julho de 1999.

INOJOSA, Rose Marie. Redes de Compromisso Social. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, FGV, n. 33, v. 5, set./out. 1999.

NITSH,M.;SANTOS,C.A Da repressao financeira ao micro-credito. Revista de Economica Política, Vol. 21,nº4 (84), out, dez. 2001

Página do micro-crédito – Origem do micro-crédito (<http://microcredito.wordpress.com/origem-do-microcredito/> , consultado em 18 de Março de 2007).

PARENTE, Silvana. Microfinanças: saiba o que é um banco do povo. Brasília: AED (Agencia de Educação para o Desenvolvimento), 2002.

PASSOS, Lúcia, FEGUEIREDO, Amélia-Formação de agentes de crédito da Morabi: Manual de agente de crédito.

PIRES, Maria José S. Rodrigues. Impacto das Privatizações na Arrecadação Fiscal do Estado Cabo-verdiano, Monografia de Licenciatura, Uni_Piaget-CV, 2004.

Programa Nacional de Luta contra a Pobreza – PNLP, Governo de Cabo Verde, 1997.

Putnam, Robert D. Comunidade e Democracia, a experiência da Itália moderna, Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUIJANO, Anibal. Alternativa de produção. In SANTOS, Boaventura, Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista, Rio de Janeiro, Editora Civilização, 2002.

QUIVY, Raymond & Campenhoudt, Luc Van. Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa, Gradiva, 2ª edição, 1998.

Relatório do diagnóstico sobre impacto do micro-crédito em Cabo Verde realizado em 2003

ROBINSON, M.S.(2001). The Microfinance revolution: sustainable finance for the poor, The International bank for Reconstruction and Development, World Bank

.Seminário anual de Supervenção Bancária e de Estabilidade Financeira do BCEAO, Paris, 15-19 Outubro de 2007, Disponível em: www.bceao.int.

SOARES, Anilda –“Estudo do impacto de micro-crédito”. Comité de pilotagem do Micro-crédito. Agosto de 2003.

Wautier, Anne Marie. Economia Social na França. In: CATTANI. A. D. (org). A outra Economia, Porto Alegre, VERAZ Editora, 2003.

WILLIAMS, Aubrey. “ Cresce a participação das ONG’s no desenvolvimento”, Finanças & desenvolvimento, vol. 10, nº4, 1990.

YUNUS, Morannad (2002). O banqueiro dos povos, 2ª edição, Portugal.

----- Micro-crédito. A experiência do Grameen Bank, Rio de Janeiro, BNDES, 2001.----- O Banqueiro dos Pobres. São Paulo, Ática, 2000.

SITOGRAFÍAS

http://www.campo.com.cv/index.php?paginas=47&id_cod=87

Millenium Challenge Account Cabo Verde – Boletim Informativo - Janeiro de 2010

Boletim de MCA-CV Janeiro 2010

<http://www.embcv.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=302> – consultado em 05 de Maio de 2010

Legacy.unifacef.com.br/quartocbs/artigos/D/D_154.pdf

ANEXOS

Questionário

Este questionário enquadra-se no âmbito do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Empresariais e Organizacionais e tem como objectivo analisar o micro-crédito em Cabo Verde e sua contribuição para o financiamento de pequenas empresas. Trata-se de um estudo exclusivamente académico, pelo que as suas respostas e os seus dados identificadores serão tratados com máximo sigilo. Face ao exposto, na certeza de contar com o seu consentimento, antecipadamente transmito os meus agradecimentos e coloco-me a sua inteira disposição para qualquer outra informação ou esclarecimento.

A. Identificação

1. Sexo:

Masculino_____

Feminino_____

2. Faixa Etária:

16 a 18 anos_____

36 a 45 anos_____

19 a 25 anos_____

46 a 55 anos_____

26 a 35 anos_____

acima de 55 anos_____

3. Concelho de origem

Praia_____

São Miguel_____

Tarrafal_____

Santa Catarina_____

Outro_____

4. Escolaridade

EBI_____

Ensino Secundario_____

Técnico Profissional_____

Ensino Superior_____

Outro_____

5. Estado Civil

Solteiro(a)_____

Divorciado(a)_____

Casado(a)_____

Viúvo(a)_____

6. Você tem filhos?

1 a 3 _____ 4 a 7 _____ Mais que 8 _____ Nenhum _____

7. Qual o montante que te foi emprestado?

10.000 a 20.000 _____ 20.000 a 50.000 _____ 50.000 a 100.000 _____
100.000 a 200 000 _____ Acima de 200.000 _____

8. O montante foi suficiente?

Sim _____

Não _____ porquê? _____

9. Que tipo de empreendimento foi criado?

Comércio _____ Negócio Ambulante _____ Outro _____

10. O empreendimento é sustentável?

Sim _____ Não _____

Se Sim
explique _____

Se Não
explique _____

11. Que contributo a concessão de crédito trouxe para a sua vida?

Melhorar as condições financeiras _____ Ter mais sustentabilidade nos negócios _____
Outro _____

B. Micro-crédito

12. O que motivou a procura de micro-crédito como alternativa sócio-económica?

Desemprego _____ Fonte de rendimento _____
Maiores ganhos _____ Busca de autonomia _____ Outro _____

13. Qual é o grau de dificuldade no acesso ao micro-crédito?

Muito elevado_____ Elevado_____ Normal_____

Pouco_____ Muito pouco_____

14. Qual é o impacto económico/financeiro do empreendimento no mercado formal?

Muito elevado_____ Elevado_____ Normal_____

Pouco_____ Muito pouco_____

15. Quanto a natureza jurídica?

Associação_____ Cooperativa_____ Unipessoal_____

Familiar_____ Aquisição_____ Outro_____

16. Qual é o objectivo do empreendimento?

Melhorar a situação económica _____ Ter mais rentabilidade sócio-económica _____

Gerir Emprego_____ Outro _____

17. Que tipo de actividades são desenvolvidas? Qual é a razão da mesma?

Criação de gado_____ Pequenos negócios _____ Produção agrícola _____ Outro_____

18. Quais são as principais áreas de intervenção?

Pequeno Comércio _____ Pecuária_____ produção de aguardente_____ Produção de bolos e doces_____ Cabeleirero_____ Outro_____

19. Recebe (m) apoio das ONG.

Sim_____ Não_____

20. Quais são as perspectivas futuras para o empreendimento?

Muitas_____ Poucos_____ Nenhuma _____

21. Na sua opinião, quais são os constrangimentos nesse sector.

Dados da OMCV**Tabela nº1:** Total de micro crédito concedidos entre os ano de 2009 a Setembro de 2012

Ano	Nº de Créditos		Montante		Carteira Total		%
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total de Empréstimos	Montante Total	
2009	164	876	19.455.000,00	67.027.300,00	1.040	86.482.300,00	28%
2010	107	661	11.910.140,00	54.440.000,00	768	66.350.140,00	20%
2011	132	946	12.463.000,00	78.914.926,00	1.078	91.377.926,00	29%
Set-12	105	781	12.573.005,00	57.715.200,00	886	70.288.205,00	23%

Fonte: OMCV**Tabela nº2:** Total de Micro-Crédito concedidos por ilhas entre os ano 2009 a Setembro de 2012

Ano	2009		2010		2011		2012	
ILHA	Nº de Crédito	Montante	Nº de Crédito	Montante	Nº de Crédito	Montante	Nº de Crédito	Montante
Santiago	696	56.772.300,00	573	49.168.140,00	974	82.597.926,00	779	62.394.005,00
S. Vicente	82	4.190.000,00	35	3.397.000,00	17	1.440.000,00	14	1.629.200,00
Fogo	39	4.010.000,00	19	1.850.000,00	11	1.180.000,00	14	1.190.000,00
S ^{to} . Antão	174	19.270.000,00	140	11.835.000,00	76	6.160.000,00	79	5.075.000,00
Boavista	38	1.570.000,00	1	100.000,00	0	0,00	0	0,00
Brava	11	670.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	1040	86.482.300,00	768	66.350.140,00	1078	91.377.926,00	886	70.288.205,00

Fonte: de OMCV

RESULTADO DA INVESTIGAÇÃO

Tabela nº 3: Sexo dos inquiridos

Sexo	Quantidade	%
Masculino	5	14,3%
Femenino	30	85,7%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

Tabela nº4: Proporção dos inquiridos segundo o grau de escolaridade

Faixa Etária	Quantidade	%
19 a 25 anos	4	11,4%
26 a 35 anos	14	40%
36 a 45 anos	12	34,3%
46 a 55 anos	1	2,9%
Acima de 55 anos	4	11,4%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

Tabela nº5: Proporção dos inquiridos segundo o concelho de origem

Concelho de Origem	Quantidade	%
Praia	13	37,1%
São Miguel	1	2,9%
Santa Catarina	3	8,6%
Tarrafal	1	2,9%
Outro	17	48,5%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

Tabela nº6: Montante de Empréstimo concedido aos beneficiários

Montante Emprestado	Quantidade	%
10.000 a 20.000	4	11,4%
20.000 a 50.000	5	14,3%
50.000 a 100.000	20	57,2%
100.000 a 200.000	4	11,4%
Acima de 200.000	2	5,7%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº7: A satisfação do montante concedido aos beneficiários

Montante foi Suficiente	Quantidade	%
Sim	25	71,4%
Não	10	28,6%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº8: Montante do empréstimo aos beneficiários

Se não porque	Quantidade	%
Medo de Fazer empréstimo e não cumprir o prazo de pagamento	3	30%
Indisponibilidade da Instituição	2	20%
Outro	5	50%
Total	10	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº9: Tipo de empreendimento criado por beneficiarios

Tipo de Empreendimento	Quantidade	Percentagem
Criar o auto- emprego	15	42,9%
Negócios ambulantes	18	51,4%
Outro	2	5,7%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº10: A sustentabilidade do empreendimento

Empreendimento é sustentável	Quantidade	%
Sim	30	85,7%
Não	5	14,3%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº10.1: Sustentabilidade do empreendimento aos beneficiarios

Justificar porquê	Quantidade	%
Ajuda no rendimento familiar	21	70%
Facilita na criação do auto emprego	7	23%
Outro	2	7%
Total	30	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº11: Contribuição na conceção de crédito

Contributo da conceção de Crédito	Quantidade	%
Melhorar as condições financeiras	21	60%
Ter mais Sustentabilidade nos Negócios	12	34,3%
Outro	2	5,7%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº12: Razões da procura do micro-crédito

As razões da procura do Micro- Crédito	Quantidade	%
Desemprego	11	31,4%
Maiores Ganhos	9	25,7%
Fonte de rendimento	13	37,2%
Busca de autonomia	2	5,7%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº13: Grau de dificuldade na conceção do crédito

Grau de dificuldade	Quantidade	%
Muito elevado	2	5,7%
Elevado	2	5,7%
Normal	24	68,6%
Pouco	5	14,3%
Muito pouco	2	5,7%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº14: Impacto económico/financeiro no mercado

Impacto Económico/financeiro no Mercado	Quantidade	%
Muito elevado	2	5,7%
Elevado	2	5,7%
Normal	24	68,6%
Pouco	6	17,1%
Muito pouco	1	2,9%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº15: Quanto a natureza jurídica

Quanto a natureza jurídica	Quantidade	%
Associação	4	11,4%
Unipessoal	14	40%
Familiar	15	42,9%
Outro	2	5,7%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº16: Objectivo do empreendimento dos beneficiários

objectivo do empreendimento	Quantidade	%
Melhorar a situação económica	25	71,3%
Ter mais rentabilidade sócio-económico	8	22,9%
Gerir emprego	1	2,9%
Outro	1	2,9%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº17: As actividades desenvolvidas dos beneficiarios

As actividades desenvolvidas	Quantidade	%
Criação de gado	3	8,6%
Pequeno negócio	26	74,3%
Produção agrícola	2	5,7%
Outro	4	11,4%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº18: Principais áreas de intervenção dos beneficiarios

As principais áreas de intervenção	Quantidade	%
pequenos comércios	24	68,6%
Pecuária	5	14,3%
Produção de aguardente	2	5,7%
produção de bolos e doces	1	2,9%
Cabelaria	1	2,9%
Outro	2	5,7%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº19: Beneficiarios que recebem apoio das outras ONGS

Recebem apoio das outras ONGS	Quantidade	%
Sim	6	17,1%
Não	29	82,9%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº20: Perspectivas futuras para o empreendimento dos beneficiarios

As perspectivas futuras para o empreendimento	Quantidade	%
Muitas	23	65,7%
Poucas	5	14,3%
Nenhuma	7	20%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Tabela nº21: Os constrangimentos nesse sector dos beneficiarios

Os constrangimentos nesse sector	Quantidade	%
Alguns	4	11,4%
Nenhum	29	82,9%
Muito	2	5,7%
Total	35	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário